



ATA N.º 30/XI-2º/2014-15

- 1 - Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e quinze, pelas 21H00, no Salão do Clube Recreativo Instrução Sobredense, sito na rua da Liberdade, nº 29, na Sobreda, realizou-se a Segunda Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada, referente ao mês de junho, com a seguinte agenda:
- 1 - Período de Intervenção dos Cidadãos
 - 2 - Período de Antes da Ordem do Dia
 - 3 - Período da Ordem do Dia
 - 3.1 - Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal
 - 3.2 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Almada”
 - 3.3 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo Público Municipal”
 - 3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Legalização da prática naturista na Praia da Adiça”
 - 3.5 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre “Designação de Júris para Concursos de Provimento para Cargo de Direção Intermédia de 1º Grau para:
 - 3.5.1 - Departamento de Comunicação;
 - 3.5.2 - Departamento de Energia, Clima, Ambiente e Mobilidade;
 - 3.5.3 - Departamento de Intervenção Social e Habitação;
 - 3.5.4 - Departamento de Planeamento Urbanístico e Desenvolvimento Económico;
 - 3.5.5 - Departamento de Rede Viária e Manutenção e Logística”
 - 3.6 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre “Designação de Júris para Concursos de Provimento para Cargo de Direção Intermédia de 2º Grau para:
 - 3.6.1 - Divisão de Arquivo e Bibliotecas;
 - 3.6.2 - Divisão de Equipamentos Culturais;
 - 3.6.3 - Divisão de Estudos, Gestão Ambiental e Energia;
 - 3.6.4 - Divisão de Estudos e Planeamento;
 - 3.6.5 - Divisão de Fiscalização Municipal;
 - 3.6.6 - Divisão de Administração e Gestão Urbana 1;
 - 3.6.7 - Divisão de Administração e Gestão Urbana 2;
 - 3.6.8 - Divisão de Infraestruturas Viárias e Iluminação Pública;
 - 3.6.9 - Divisão de Museus e História Local;
 - 3.6.10 - Divisão de Mobilidade Urbana;
 - 3.6.11 - Divisão de Parques Urbanos;
 - 3.6.12 - Divisão de Qualificação de Mercados e Serviços Urbanos;



3.6.13 - Divisão de Relações Públicas e Protocolo e Programação Municipal;

3.6.14 - Divisão de Reabilitação e Revitalização Urbana e Espaço Publico;

3.6.15 - Divisão de Transportes e Manutenção.”

2 - Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Sr. José Manuel Maia Nunes de Almeida e pelas Secretárias Sr^{as}. Elisabete Peres Pereira e Sónia Tchissole Pires da Silva.

3 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 - Responderam à chamada os seguintes Senhores Deputados Municipais:

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Maria Luísa Monteiro Ramos; Carlos Manuel Coelho Revés; Elisabete Peres Pereira; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; José Gabriel Guiomar Joaquim; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; António Abrantes de Almeida; Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes; Maria d'Assis Beiramar Lopes Almeida; Sérgio Cantante Faria de Bastos; Ana Marques Serra e Moura Salvado; João Ricardo Lourenço Quintino; Pedro Miguel de Amorim Matias; Paulo Filipe Pereira Viegas; Nuno Filipe Miragaia Matias; Luísa Maria Gama Varela; Paulo Alexandre Ribeiro Sabino; António Francisco Salgueiro; Ana Catarina Ribas Lopes; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Pedro Manuel Nunes de Oliveira; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Alexandra Branco Ralo Barata Correia; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre e José Ricardo Dias Martins.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registou-se os seguintes procedimentos:

4.1 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:

- O Senhor Deputado Municipal Bruno Ramos Dias, com ausência no dia 26 de junho de 2015, (Ent. nº 4084/XI-2º), (**Conforme Anexo I**).
- O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Alves de Moura Geraldês, com ausência no dia 26 de junho de 2015, (Ent. nº 4065/XI-2º), (**Conforme Anexo II**).
- O Senhor Deputado Municipal Nuno Miguel Costa Gonçalves, com ausência nos dias 25 e 26 de junho de 2015, (Ent. nº 3979/XI-2º), (**Conforme Anexo III**).
- O Senhor Deputado Municipal Daniel Pedro Sobral, com ausência nos dias 25 e 26 de junho de 2015, (Ent. nº 4008/XI-2º), (**Conforme Anexo IV**).
- O Senhor Deputado Municipal José Joaquim Machado Courinha Leitão, com ausência no dia 26 de junho de 2015, (Ent. nº 4081/XI-2º), (**Conforme Anexo V**).
- O Senhor Deputado Municipal Manuel Domingos Rodrigues Batista, com ausência no dia 26 de junho de 2015, (Ent. nº 4082/XI-2º), (**Conforme Anexo VI**).

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- Sr. José João Santos da Mata, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 26 de junho, do eleito Sr. Bruno Ramos Dias, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo VII**).



- Sr. Joaquim Machado Duarte, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 26 de junho, do eleito Sr. João Eduardo Alves de Moura Geraldês e por impedimento da cidadã Sr.ª Filipa Raquel da Silva Barroso, do cidadão Sr. José Augusto Tavares Oliveira, do cidadão Sr. Luís António de Matos Vicente, da cidadã Sr.ª Helga Cristina Rosa Ribeiro - PEV, do cidadão Sr. Mário Filipe Burrica Nunes de Castro, do cidadão Sr. Pedro Miguel Correia da Costa, da cidadã Sr.ª Ana Isabel Ricardo Pato Esteves e do cidadão Sr. Carlos Alberto Marques Machado dos Santos, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV e XV**).
 - Sr.ª Fernanda Maria Amaro Tavares, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 26 de junho, do eleito Sr. Nuno Miguel Costa Gonçalves, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XVI**).
 - Sr. Carlos Alexandre Melo Ohen, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 26 de junho, do eleito Sr. Daniel Pedro Sobral, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XVII**).
 - Sr.ª Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 26 de junho, do Sr. José Joaquim Machado Courinha Leitão, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XVIII**).
 - Sr. Nuno de Avelar Pinheiro, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 26 de junho, do eleito Sr. Manuel Domingos Rodrigues Batista, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XIX**).
- 4.2** - O Presidente da Assembleia Municipal informou das comunicações das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda e Laranjeiro e Feijó em que para o efeito da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, e devido a justo impedimento dos Presidentes do respetivo Órgão Autárquico, são substituídos na presente Reunião da Assembleia Municipal pela eleita Senhora Ilda de Lourdes de Oliveira Dâmaso Garrett; pelo eleito Senhor Vítor Manuel das Neves Lopes; pela eleita Senhora Ana Sofia Cardoso Maria e pela eleita Senhora Anabela de Matos Tavares, respetivamente, (**Conforme Anexos XX, XXI, XXII e XXIII**)
- 4.3** - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.
- 5** - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos e imediatamente encerrado por não haver inscrições para uso da palavra.
- 6** - Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.
- 6.1** - Entrou-se no ponto 3.1 da agenda com a apreciação da Informação do Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal, (**Conforme Anexo XXIV**).
- 6.1.1** - Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para apresentação do documento.



6.1.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em relação à informação só sublinhar alguns aspetos que vão para além do período que está em foco na informação que vos foi distribuída mas que tendo em conta que só voltaremos a reunir a Assembleia em setembro, valerá a pena colocar-vos. Um relacionado com a Assembleia de Acionistas da CostaPolis que se realizou pouco depois de uma reunião extraordinária da nossa Assembleia justamente para aprovarmos a posição do município a assumir nessa mesma reunião. Portanto dizer-vos que tal como foi por nós proposto e como foi compreendido também pelo Acionista Estado os processos de partilha não poderiam ser realizados por razões que se prendiam quer com os processos judiciais, quer com questões de ordem patrimonial, mas também lamentavelmente por falta de disponibilidade na altura do representante Acionista Estado não foi possível aprovar o protocolo que permitia o lançamento do processo que levará, acreditamos nós, à reparação e requalificação da Estrada Florestal, aliás como já ontem foi motivo também aqui de várias intervenções no nosso debate. Portanto, este processo continua bloqueado, aguardando que o Acionista Estado se disponibilize para que ele avance.

Também neste período e nos dias 12, 13 e 14 de junho reuniu em sessão plenária o Congresso Almada, um Congresso que foi marcado pelo debate e a reflexão sobre a estratégia para o desenvolvimento do Município de Almada no contexto da revisão do PDM, sendo de salientar o facto de se terem realizado 11 reuniões nas 11 Freguesias, de nas reuniões plenárias se terem reunido 6 grupos de trabalho. Sublinhar a excelência das contribuições que nos foram trazidas pelos vários especialistas convidados para intervirem nos painéis quer nas Freguesias, quer nas sessões plenárias. A importância do material recolhido que está a ser trabalhado e que será disponibilizado a todos os que se interessem e naturalmente a importância de todo esse material que está em curso no âmbito do processo de revisão do PDM. Portanto, agradeceremos à Comissão Organizadora, agradecer também à Equipa Executiva o trabalho que desenvolveu e naturalmente reassumir aqui o compromisso de que no final de 2016 voltaremos a desenvolver o trabalho de Congresso, tendo em vista a realização da sua reunião plenária, sendo que daqui até lá não está de maneira nenhuma interrompida a reflexão conjunta e os processos participativos, ou este processo participativo que procuramos continuar a desenvolver.

Sublinhar a importância da Comissão Organizadora se manter e brevemente irá voltar a reunir seja para fazer o balanço do trabalho realizado, seja também para trocarmos impressões em relação ao futuro.

Referir igualmente a importância da atividade municipal a nível dos vários Agrupamentos de Escolas em torno do encerramento do ano letivo, um processo que acompanhamos de perto, aproveitando esta, e hoje aqui, para saudar os professores e os profissionais de educação e



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

naturalmente os estudantes e os seus familiares, fazendo votos para que o seu esforço ao longo do ano letivo tenha sido bem compensado.

Também neste período se realizaram as obras de reparação da Estrada da Foz do Rego, uma iniciativa importante em que o Município se substituiu ao Estado na realização da obra, mas que entendemos que não nos poderíamos arrastar em relação a essa importante via que liga a Charneca à Costa da Caparica. É uma via alternativa que serve muitos cidadãos e que foi um primeiro passo em relação a uma intervenção mais profunda. Ontem essa questão foi-nos aqui colocada, portanto há um conjunto de medidas que estão em curso, há uma candidatura a um financiamento também POVT no sentido da criação da Bacia de Retenção no Texugo associado também à criação de um conjunto de hortas urbanas naquela área. Há também um projeto em curso no sentido de se criar uma passagem desnivelada que permita consolidar a zona e tendo em conta a necessária proteção do ambiente, mas também que obvie a que em futuras situações como aquelas que se viveram no 23 de outubro de 2013 que se deu aquela situação que desde essa altura tem muita instabilidade e perturbação nessa via.

Referir aqui uma outra atividade importante, também a apresentação do trabalho feito na Duna de São João, 1200m de Duna, cerca de 4 hectares de Duna que foi reconstituída por um processo natural. Trabalho que só foi possível fazer graças também à mobilização dos técnicos da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, portanto há compreensão da Agência Portuguesa do Ambiente, mas também é preciso dizê-lo, há iniciativa da Câmara a quem coube de facto quer o desafio com a Faculdade de Ciências, quer o desafio à APA e o desafio a uma série de outros agentes para que fosse possível a reconstrução da onda. É um processo de certa forma inovador, é uma experiência positiva que resultou e que pode ser extensiva à defesa da nossa costa noutras áreas. Foi um investimento que foi desenvolvido no âmbito de uma candidatura ao POVT, mas também como se sabe houve disponibilidade da Câmara Municipal para avançar com os 260 mil euros que era necessário avançar e acreditamos que seremos atempadamente reembolsados pelo menos uma parte significativa do investimento porque há uma parte que nós assumimos designadamente no que diz respeito às espécies de flora que foi necessário adquirir para que o projeto pudesse avançar.

Sublinhar também as comemorações do Dia Municipal do Bombeiro e a atribuição da Fénix de Ouro da Liga dos Bombeiros Portugueses à nossa Presidente Maria Emília Neto de Sousa, pelos serviços excecionalmente relevantes que desempenhou ao Serviço dos Bombeiros Portugueses enquanto exerceu o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Almada.

Também neste período o encerramento do Troféu Almada, uma iniciativa que estamos apostados em aprofundar no âmbito do estímulo à atividade desportiva das nossas associações e coletividades.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Acompanhámos também neste período o processo de candidatura ao Lisboa 2020, o chamado Portugal 2020 da nossa Área Metropolitana. Dizer-vos que aquilo que foi possível concretizar ficou muito aquém das expectativas, no quadro de um grande movimento de protesto dos Municípios Portugueses sobre a forma como este processo foi conduzido e a sua conclusão, algo que a Associação Nacional de Municípios tem vindo a referir e que também a nível do Conselho Metropolitano de Lisboa já foi motivo de protesto. De qualquer maneira até este momento envolve-se um investimento no caso de Almada, superior a 7 milhões de euros, que nos propomos realizar.

Estas algumas das iniciativas mais salientes, ontem houve no âmbito da Baía do Tejo a apresentação de um nome que visa a apresentação e a promoção deste projeto nas feiras internacionais de investimento, uma coisa tanto quanto eu já sei relativamente pouco compreendida, não se percebeu o que é que se queria, mas naturalmente como todos entenderão não será fácil chegar a uma grande feira internacional de investidores, seja em Moscovo, seja em Xangai, seja em Tóquio, ou seja em Seul e dizer o Arco Ribeirinho do Tejo está aqui para se apresentar, acredito que os grandes investidores internacionais que vão àquelas feiras não de perguntar que é isso. Nós precisamos de ter e foi esse o esforço que foi feito no âmbito de uma candidatura a Fundos Europeus de se contratar uma empresa de marketing que nos pudesse ajudar a promover esse projeto, que é da maior importância não só local e regional mas de importância nacional. Portanto, é lamentável que ontem não tenha estado nenhum membro do Governo nesta apresentação, revela alguma incompreensão e algum olhar para o umbigo numa coisa que temos que ter visão, olhar longe, trata-se de um grande investimento, um investimento de grande importância para a criação de emprego e para o desenvolvimento do País. Não poderia deixar de lamentar que este projeto não esteja a ser suficientemente apoiado, pelo menos no nosso entender, tendo em conta aquilo que está em causa, em Almada é o Plano de Urbanização de Almada Nascente - Cidade da Água.

Acompanhámos também uma grande iniciativa internacional no âmbito das novas tecnologias com a Faculdade de Ciências da UNL e a INOVA, portanto no que diz respeito à chamada conferência ligada à internet das coisas, estivemos no workshop sobre internacionalização da economia realizado pela Associação Industrial de Setúbal, onde esteve o Sr. responsável também pela Agência Nacional de Investimento, Sr. Miguel Frasquilho, uma iniciativa de grande importância, onde estavam representadas as maiores empresas do nosso Concelho e querendo aqui sublinhar a nossa vontade e o nosso empenho em que também nesta área do desenvolvimento económico e de criação de emprego não se percam oportunidades. Estas algumas das linhas do nosso trabalho, ontem já se referiu que estamos a procurar ajudar em relação ao reforço da cooperação entres as várias entidades e instituições com responsabilidades na área da saúde, sejam de caráter público ou da área social. Glicerina



E estas são algumas notas, talvez mais relevantes, mas estamos à vossa disposição para qualquer outro esclarecimento.”

6.1.2 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Nuno Matias, Pedro Oliveira, Maria D'Assis, Luísa Ramos, Odete Alexandre, Ana Salvado, Carlos Guedes, António Pedro Maco, a Sr.^a Vereadora Maria Amélia Pardal, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.1.2.1 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em primeiro lugar e antes de entrar nos pedidos de informação e reflexão que este ponto designa, o Sr. Presidente acabou de falar do Projeto do Arco Ribeirinho, e eu acho que era relevante e até reposicionando um bocadinho aquilo que era uma ambição de todos nós que é o desenvolvimento territorial de três territórios chave e âncora, que é a Margueira, a Siderurgia e a Quimiparque, dar nota que pelo menos no que se refere à nossa visão daquilo que é uma ambição que penso eu é de todos, nós não acompanhamos essa reflexão que acrescentou, ao dar nota de que o Governo não tem estado atento nem tem acompanhado a relevância desses territórios, por um lado e aquilo que é a ambição de desenvolvimento que eles acrescentam, por outro. E eu dava-lhe dois exemplos, ainda a atual Ministra de Estado e das Finanças não era Ministra e eu recordo-me de a acompanhar numa visita aos terrenos da Margueira para ela se inteirar do potencial daquele território e do desenvolvimento que deveria ser de uma vez por todas alavancado numa altura ainda que os terrenos não estavam na posse da Baía do Tejo para poder haver aquela promoção e acompanhar aquilo que a Câmara tinha feito e bem. Nós sempre dissemos isso, que foi o desenvolvimento do Projeto da Cidade da Água que atempadamente estudou aquilo que podia ser o aproveitamento daquele território que é um território de excelência que deve devolver a ligação de Almada e dos almadenses com o Rio Tejo e por isso eu vejo aí um primeiro exemplo de empenho de tentar conhecer a realidade e tentar depois intervir sobre ela e o que é certo é que passados uns meses numa cerimónia onde eu estive presente e o Sr. Presidente também no Barreiro onde a Baía do Tejo apresentou a sua nova imagem e aquilo que era a sua visão estratégica de desenvolvimento das suas responsabilidades e como certamente está recordado, eu estou, falou-se e apresentou-se o território também da Margueira como um vetor essencial de desenvolvimento destes territórios, desta Região e do País. E aliás nessa apresentação que foi promovida pela Baía do Tejo com a presença dos Presidentes da Câmara e com a presença da Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças que também foi ao Barreiro para acompanhar essa realidade, foi apresentado pela Baía do Tejo o Projeto que a Câmara de Almada lançou e bem da Cidade da Água. E por isso permito-me discordar não deixando de concordar com aquilo que é a nossa ambição partilhada de desenvolver um território de excelência que é a Margueira.



Entrando na Informação Municipal, Sr. Presidente uma primeira questão. O que é que se passa com o parque de estacionamento da antiga Automonumental em Almada? Eu confesso-lhe que esta semana tive a triste constatação de que em dois meses a degradação daquele espaço é evidente, eu não sei se foi transformado nalgum parque de veículos abandonados entretanto, porque mais de metade dos lugares que estavam disponíveis para estacionamento, estacionamento de curta duração para apoio ao acesso ao comércio local pura e simplesmente estavam ocupados por veículos devolutos e abandonados e certamente serviram de depósito para que a ECALMA deixasse ali os veículos. Mas pior, eu tive alguma dificuldade em tirar o carro porque em dado momento eu vi-me no meio de móveis que ocupavam aquele espaço. Móveis, eu confesso que tive a tentação de tirar fotografias mas como os carros, como é óbvio ainda têm as suas matrículas eu não quis estar a ferir a propriedade das pessoas. Agora, o que é verdade é que estavam móveis no meio do espaço do estacionamento. Não só o espaço não está limpo, tem veículos abandonados, estavam lá móveis, podem ser situações passageiras, mas eu acho que é um péssimo cartão de visita para um espaço que em dado momento foi apresentado como estruturante para que um cidadão que se queira deslocar ao comércio local no centro de Almada tivesse um espaço de estacionamento privilegiado. Aquele hoje em dia não, e espero que rapidamente volte a ser. E portanto a questão concreta é o que é que se passa naquele espaço?

Outra questão diz respeito com a questão da qualidade das redes viárias. Ontem aprovámos aqui uma Moção, mas já não é a primeira vez que eu dou o exemplo de um cancro à entrada da nossa Cidade no caso à entrada da avenida Bento Gonçalves no sentido ascendente que existe um buraco que certamente está a dar prejuízo à Autarquia, porque eu não quero acreditar que os cidadãos e alguns eu conheço, que já foram obrigados a ter custos pelo facto daquele buraco ali se manter ad eterno e há demasiados meses, não tenha uma intervenção pelo menos para minimizar. Pelo menos para minimizar. Eu já conheço quase de cor aqueles centímetros que ali estão, procuro desviar-me, mas certamente há várias pessoas que já tiveram prejuízos associados e mandaria o bom senso porque já foi apresentado este problema, não só por mim, recordo-me de outros cidadãos que já o fizeram, que aquele processo e aquele problema fosse minimizado, quele e outros, mas aquele como está à entrada da nossa Cidade e é um espaço nobre, diria eu que mereceria uma atenção eu não digo maior, mas pelo menos atenta.

Outra questão que já é recorrente também nestas Assembleias é a questão da atração de investimento e nós continuamos a não ter os números de atração de investimento ao Concelho, quantos postos de trabalho é que geraram? Que intervenção é que o GACECI tem tido? Voltamos a dizer que continua a faltar o guia do investidor, mas estatística qualitativa que nos permita avaliar quantas empresas, quantos postos de trabalho, qual a intervenção da Autarquia, continuamos a não ter e era importante que essa informação fosse prestada e



fosse óbvia aos olhos do cidadão, porque isto depois entronca noutra questão que eu gostava de falar e que tem a ver com o Congresso Almada. Eu ontem dizia que foi um bom exemplo como se pode estragar uma boa ideia, e eu quero hoje desenvolver um bocadinho mais o porquê desta minha afirmação, porque todos nós concordamos que todos os espaços de debate, de intervenção, de reflexão são úteis, e pensamos nós que desde o início o Congresso Almada com esse objetivo, com essa ambição e com essa preocupação acrescentava razões para que nós do ponto de vista plural, democrático e com efeito e consequência naquilo que possa ser a intervenção do Município enquanto motor de desenvolvimento do nosso Concelho pudesse acrescentar do ponto de vista de novas soluções. Mas porque é que eu acrescento que foi uma boa ideia estragada pela forma como foi concretizada? Porque confesso e isto foi público, eu em primeiro lugar deparei-me com uma realidade que penso que nos deveria fazer pensar numa futura edição de um Congresso que eu penso que como objetivo se deve manter, mas que deve ser repensado do ponto de vista do método de organização e do alcance da sua concretização do ponto de vista da reflexão das consequências das ideias que ali sejam apresentadas. Porque eu acho caricato para não dizer outra coisa que os autarcas não tenham sido automaticamente inscritos. Mas pronto, tudo bem. Não tendo sido essa a opção, achei depois caricato quando me apercebi dessa realidade e me deparei com o facto de que para eu enquanto cidadão, enquanto autarca se quisesse fazer uma comunicação teria que me inscrever e validar a minha comunicação através de uma equipa técnica executiva. Bom, depois alguém me explicou, e no caso a Vereadora Amélia Pardal que isto tinha sido um erro de redação do ponto de vista da construção do formulário no site, mas eu pergunto-me quantos cidadãos terão ficado tão incomodados quanto eu, quando se tentaram inscrever sem validar nenhuma comunicação e não conseguiram, recebendo como eu recebi um erro pelo facto de o ter tentado fazer nestes termos. E eu fi-lo publicamente, disse que não aceitaria ficar condicionado do ponto de vista da participação, ou seja alguém me pedir para apresentar uma comunicação para ser avaliada previamente. Aquilo que se passou e que ficou esclarecido entretanto pela Vereadora Amélia Pardal que isto tinha sido um problema de construção do formulário e que isto não se iria passar, e é certo que eu cheguei no dia do Congresso Almada, identifiquei-me, disse ao que vinha e entrei para o painel que eu me disponibilizei para participar, que era o painel do desenvolvimento económico, aliás o Sr. Presidente também teve ocasião de acompanhar. Bom, eu posso dizer que se eu não tenho a meio do painel dado nota que eu estava ali para apresentar uma comunicação, não tinha sido identificado como um dos que se tinha inscrito, só a meio é que eu dei nota ao moderador. Bom, mas eu tinha-me inscrito para fazer uma comunicação, apesar de ter reproduzido um conjunto de nomes que não era o meu, como tendo sido os que estavam inscritos para fazer comunicação. Mas o que é certo é que fiz a apresentação, não tive que validar perante nenhuma equipa técnica, ainda bem,



ficou corrigido. Mas dar nota que em primeiro lugar este tipo de ruído que possa ter resultado de falha de construção do formulário, eu não estou a pôr em causa que houvesse uma intenção deliberada de tentar condicionar ou saber a montante o que é que cada um iria transmitir, porque eu fiz a apresentação e entreguei só naquele momento, esta é a verdade, e ninguém me cortou a palavra e esta também é a verdade, depois de eu me ter identificado e entregue a apresentação no momento. Agora, eu penso que é fundamental evitar estes ruídos, porque certamente o interesse quer do Sr. Presidente da Câmara, quer de todos nós, é que esse Congresso pudesse ter sido ainda mais participado. E eu tenho dúvidas que não tenha havido cidadãos que a meio do processo e com este tipo de ruído não tenham desistido de participar.

Segunda nota em relação ao Congresso Almada, que eu acho que nos deve fazer refletir, é como é que foi montado do ponto de vista temático os painéis e a ambição da discussão. Porque eu confesso que no painel que eu tive ocasião de acompanhar do princípio ao fim, em dado momento um dos convidados dizia que o futuro para a fixação da população em Almada era ter um conjunto de profissões ligadas ao ICOMERS. Bom, quer dizer num Concelho com 176 mil habitantes apresentar isto como uma solução de desenvolvimento económico, é no mínimo suis generis. E eu tive ocasião de fazer uma comparação com um Concelho que é aqui bem próximo do nosso que é Oeiras, que tem oito parques empresariais a funcionar, qualquer um deles maior do que as quatro incubadoras que a Câmara lançou e bem. Mas reparem as incubadoras em Almada, as quatro têm 250 pessoas a trabalhar, 85 empresas, num Concelho com 176 mil habitantes, e aquilo que nós ouvimos por parte de um dos oradores é que o futuro para fixação da população em Almada é apostar no ICOMERS. Parece-me a mim que temos que refletir seriamente sobre aquilo que queremos que seja o enriquecimento de um debate plural, sério e estratégico.

Terceira questão tem a ver também com a ambição do Congresso, porque reparem, foi falado, eu já ouvi falar entre 600 ou 800 participantes, são números interessantes, não sei se, aquilo que é verdade é que eu não sei qual foi o custo do Congresso, ponto número um. Mas eu tenho dúvidas se o montante de custo do evento para o sumo que se pôde retirar, para além daquilo que foi a mensagem política que eu sei que foi perfusa, sobretudo na cerimónia de abertura e de encerramento e portanto parece-me que o objetivo se calhar foi menos a revisão do Plano Diretor Municipal e mais passar outro tipo de mensagens políticas. E aliás a prova que assim foi é que, reparem a linha de comunicação do Congresso para fora é muito similar à linha da CDU na campanha nacional que está neste momento na rua, até tem a mesma onda, tem outras cores, mas tem a mesma onda. E por isso até ai eu penso que temos que pensar como é que nós queremos amplificar a discussão, temos que deixar a questão política de lado, porque aquilo que nos deve mover é realmente uma reflexão estratégica sobre o futuro de Almada.



Sr. Presidente, última questão, o Boletim Municipal. A minha pergunta é muito clara, Sr. Presidente qual é a interpretação que o Sr. faz do peso de uma deliberação desta Assembleia Municipal. Há vários meses foi aprovado nesta Assembleia Municipal que o Boletim Municipal passaria a ter um espaço de informação institucional por parte dos autarcas do Município, dos autarcas na Autarquia, Vereadores de todos os Partidos e dos autarcas desta Assembleia de todos os Partidos, foi aprovado por esta Assembleia Municipal. A minha pergunta é muito simples, qual é a interpretação que o Executivo faz sobre uma deliberação desta Assembleia? Porque até hoje, e já houve entretanto uma Assembleia onde eu questionei e não obtive resposta, o que é que entretanto a Câmara fez ou diligenciou para cumprir esta deliberação? É a última questão que deixo.”

6.1.2.2 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Foi aqui referido a questão do Congresso Almada. A interpretação que o Bloco de Esquerda tem relativamente ao Congresso Almada é que é um processo que não terminou, que foram dados os primeiros passos na perspetiva da intervenção relativamente ao PDM que todos desejamos que venha a ser aprovado futuramente e portanto o processo está em aberto e consideramos que no essencial a participação democrática dos cidadãos não houve qualquer impedimento a essa liberdade de expressão e de pensamento e que portanto continuaremos a participar na mesma perspetiva, quer na Comissão Organizadora, quer nas iniciativas que se venham a levar a efeito no futuro. A nossa perspetiva é exatamente numa perspetiva construtiva em relação a tudo o que desejamos que venha a ser o Concelho de Almada no futuro.

Gostaria de me referir no concreto a alguns aspetos que passaria a referir.

Relativamente ao Plano de Emergência Social que é referido, foram apoiadas 114 cidadãos ou famílias em despesas com habitação, água, eletricidade, gás, renda de casa e outras necessidades destinadas a crianças, bebés e outras situações de saúde. É evidente que o Plano de Emergência Social resulta no Concelho de Almada de dificuldades que as próprias famílias sentem e ao contrário do que foi aqui ontem afirmado, nós pensamos que as famílias estão numa situação pior do que estavam em 2011, não só no aspeto da saúde, mas como nos aspetos sociais. E portanto é essa a nossa perspetiva e é por isso que compreendemos a importância que a autarquia tem no desenvolvimento destas ações, mas que não pode ter nem pode assumir a responsabilidade geral por uma situação que é a vivência efetiva das famílias e as dificuldades que as famílias enfrentam. É referido pela Sr.^a Vereadora Maria do Carmo Borges relativamente ao apoio que aqui referi e portanto já foram ultrapassados trinta e sete, quinhentos e trinta e dois, trinta e sete cêntimos e a Sr.^a Vereadora colocou a hipótese de eventualmente o Executivo ter que encarar a perspetiva do reforço, é referido essa hipótese. Gostaríamos de ouvir da parte do Executivo eventualmente este assunto,



devido à urgência está a ser equacionado, portanto devido à sua importância para os problemas que existem efetivamente.

Em relação ao Plano de Atividade gostaríamos de interrogar sobre a interpretação do Flexibus circuito da saúde, se eventualmente o estudo de viabilidade técnica e económica apontará para que tal como já foi aqui referido em anteriores Assembleias o Hospital Garcia da Orta e os Centros de Saúde do Concelho venham a ser exatamente abrangidos por este circuito do Flexibus com os respetivos custos que daí advém, mas gostaríamos que aqui fosse referido.

Um outro aspeto é relativamente ao que é referido na linha 1.10, o desenvolvimento do processo de renovação do antigo mercado do levante - feira de Almada, é como está escrito. A nossa interpretação é que referir-se-á ao mercado do levante do Feijó. Pensamos que este é um problema também já anteriormente referido aqui e noutros locais, tratando-se de um local que não reúne as condições e tendo surgido naquele local já há décadas, fruto de uma situação que era uma situação provisória da transferência da praça São João Baptista para aquele local, o provisório tornou-se definitivo, mas consideramos que de facto é necessário haver uma reformulação, um estudo e a efetivação de outras condições para que este mercado funcione, quer seja não só com produtos de vestuário e calçado, mas a questão que anteriormente existia e que deixou de acontecer frutas e legumes e todo isso. Gostaríamos de ouvir a informação concreta sobre esta situação.

Gostaríamos de referir relativamente às pavimentações e repavimentações. Consideramos que é referido que houve três troços do Concelho que tiveram intervenção, a avenida do Cristo Rei, na rua Alberto Serpa, na Charneca de Caparica e o troço da rua Petrónio Amor de Barros, que é referido como Charneca, mas pensamos que seja a Sobreda. Mas o que é relevante é que houve intervenção. De qualquer forma nós consideramos que são insuficientes estas intervenções, tendo em atenção o estado em que se encontram inúmeras vias de circulação que aqui têm sido referidos pelos vários grupos municipais. A primeira fase de alteração de circulação na ligação da avenida Cristo Rei, entre a avenida D. Nuno Álvares Pereira e a rua dos Espatários está concluída, e a segunda fase para quando? Obras ainda este ano? Gostaríamos também de ter informação relativamente a esta situação.

Voltamos a falar num assunto que já se prolonga daqui a pouco há quatro anos, que é o muro da Escola Fernão Mendes Pinto, no Pragal. Desde novembro de 2011 que aparecem as primeiras informações, há quase quatro anos sem solução, sabemos que a responsabilidade não é da autarquia, o Ministério da Educação tem responsabilidade, mas não nos chega aqui referir o responsável. Nós pensamos que há que agir, e houve os vídeos que têm sido feitos relativamente a este problema, com vários intervenientes passando pela autarquia, pela Proteção Civil e não só, a verdade é que a situação continua por resolver. E ao contrário daquilo que muitas vezes é referido que o Governo resolve assuntos, afinal temos aqui um outro caso no Concelho em que o Governo não resolve nada. E portanto, nós ao voltarmos a



referir este problema é porque entendemos que está em causa a segurança não só dos alunos, dos moradores e de todos aqueles que poderão passar naquele local.

Gostaríamos de referir aqui e voltar a colocar o problema que é o estado da propriedade na rua Tenente Valadim na Romeira e o perigo que está eminente. Na última Assembleia Municipal, o meu Camarada Carlos Guedes, referiu aqui, isto está em ata como pode ser observado e lido, que existe no final da rua Tenente Valadim quase a chegar à rua Manuel José Gomes um portão aberto que dá para uma propriedade que está abandonada e em decadência. A situação que nós trazemos e voltamos ao local e trazemos fotografias para entregar ao Sr. Presidente da Câmara, para que seja canalizado para os serviços relativamente à situação de degradação profunda daquele local que exige uma intervenção imediata. Poderão estar em causa ali a vida de crianças e de outras pessoas que por ali transitam. Nós estamos de acordo que existam passeios inviabilizados quando está em causa a segurança. O que acontece em dois locais concretos no largo 5 de outubro, junto à Casa do Professor e na rua Rainha D. Leonor no lado oposto à Farmácia Atlântico, pensamos que resultante da eventualidade de uma varanda em derrocada, continuam ali impedimentos há algum tempo e o que acontece por exemplo no largo 5 de outubro é que como os peões são obrigados a transitar na estrada, acontece que já retiraram os impedimentos ao desloca-los ou pelo menos estão colocados.

O Bloco de Esquerda ao trazer estes assuntos, pensamos que não esgota nem de perto nem de longe alguns problemas que existem no nosso Concelho. A nossa perspetiva é da apresentação no ponto de vista de permitir que a autarquia possa ter intervenção nalguns casos com urgência, devido à acuidade dos problemas.”

6.1.2.3 - A Sr.ª Deputada Municipal Maria D’Assis (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Face à atividade municipal queria colocar aqui algumas questões e uma delas início de facto com a realização da Festa Verde e do Festival Interescolas. São duas atividades que ao longo dos anos mobilizam imensas entidades, escolas e congregam imensas crianças. Este ano penso que se identificaram algumas insuficiências, e elas têm a ver com a divulgação tardia da atividade ao nível do Festival Interescolas, a divulgação foi feita apenas com três semanas de antecedência em que se teve que fazer até as inscrições. A inexistência de reunião prévia para preparação da atividade, o que era usual antes da atividade fazer uma reunião de preparação com as entidades envolvidas, alguma desarticulação na divulgação dos horários dos transportes, foram as instituições ou as entidades é que tiveram de facto de contactar a Câmara, quando nos outros anos normalmente era a Câmara que contactava e dizia o horário dos transportes. Também não se deu atempadamente a informação sobre o local das barraquinhas que foram atribuídas a cada entidade, foi no local e portanto tudo isto agravado em que de facto nos outros anos esta atividade, nomeadamente da Festa Verde,



desenvolve-se na praça da Liberdade e também na praça São João Baptista. Este ano confinou-se tudo na praça São João Baptista que é um espaço muito mais diminuto, os miúdos foram todos concentrados ali, estava tudo um bocado a monte até em termos do impacto foi menor porque de facto nos outros espaços é mais fácil a movimentação, agravado de facto era um dia muito quente sem sombras. Portanto eu penso que é um aspeto a refletir, a ser avaliado, eu inclusive sugeri a alguns técnicos da Câmara uma avaliação conjunta com as entidades participantes no sentido de se identificar as insuficiências, no sentido da melhoria destas atividades.

Depois também queria colocar sobre o plano da Ação Cultural da outra vez eu levantei a questão que este ano letivo não houve de facto esta linha de financiamento, houve aquele desencontro porque o Vereador responsável disse que sim, mas de facto não houve a divulgação e gostava de perceber se está em reformulação, o que é que se perspectiva para 2015/2016, porque acabei por não ser clarificada na última Assembleia Municipal.

A nível das férias escolares. Aproxima-se as férias de verão, gostava de perceber se a Câmara tem a ideia de quantas escolas vão ter programas de ocupação de tempos livres para crianças. Se foi feito por parte do Município alguma iniciativa no sentido de mobilizar escolas e outras entidades para o desenvolvimento de atividades nos tempos livres e salientando que inclusive também para as entidades que até se candidataram, ainda se aguarda resposta do Município. Temos candidaturas para iniciar em julho e ainda não temos resposta do Município no sentido de se as atividades são apoiadas, não são apoiadas.

Situação que também nos anos anteriores em junho já se sabia o que é que se podia contar o que não se podia contar no sentido das instituições se organizarem atempadamente.

Outro aspeto que eu quero levantar tem a ver com o transporte para alunos com mobilidade reduzida. Eu na última Assembleia Municipal levantei essa questão e tive até oportunidade de enviar para o Sr. Presidente alguns e-mails trocados com o departamento responsável, este ano nós o transporte teve imensas avarias o que imobilizou quatro, cinco semanas o transporte de alunos para a escola, são alunos com deficiências, muitos com famílias bastante fragilizadas e que põem em risco o seu posto de trabalho e ainda por cima com a agravante de que o feedback por parte da Câmara quando se coloca a questão não há resposta. Sei também que depois da intervenção na Assembleia Municipal a posição ou a postura dos técnicos alterou, neste momento é muito mais fácil de se articular e de se perceber o que é que se passa e quando se perspectiva o reinício do transporte, no entanto quero dizer que de facto é uma situação que depois daqui da Assembleia Municipal voltou a haver uma avaria em que inviabilizou quase uma semana o transporte dos alunos para as escolas. E gostava de perceber que medidas o Município já tomou no sentido de regularizar ou de minimizar estas situações para o próximo ano letivo.



Por último queria colocar a questão sobre o Plano Municipal para a Emergência. De facto foi uma medida bastante acertada e constata-se pelo número de indivíduos já apoiados, de todos os modos eu acho que urge, protocolo vigorava até, portanto a primeira tranche e o protocolo até final de junho. Há de facto necessidade a breve prazo de se resolver a situação se o protocolo que foi estabelecido, portanto pode ser prorrogado para outros seis meses, senão porque depois pode acontecer é termos aqui um compasso de espera. Por outro lado também queria colocar que aproveitava-se a avaliação destes primeiros seis meses para se equacionar, porque eu sei que é um plano de emergência e que o regulamento estipula apenas um apoio pontual, mas há situações em que as situações de emergência são bastante acentuadas e devia-se em termos de regulamento se prever com critérios bem definidos a atribuição de mais algum outro apoio na medida em que há situações que as colegas têm encontrado formas de tentar tornear esta situação, mas de facto é algo que eu penso que seria muito mais claro a avaliação também com as entidades no sentido de se tentar alterar esta situação.”

6.1.2.4 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nós estamos a avaliar uma atividade municipal de dois meses, março e abril. E portanto parece-nos que há aqui um conjunto de informação que nos pode permitir dizer que em função do Plano e Orçamento para 2015 que estamos num ritmo que pode e deve ser valorizado, ou seja nós estamos efetivamente a fazer a demonstração da atividade municipal que pode tranquilizar de algum modo os munícipes em função de um programa, de um plano votado para 2015. Há de facto aqui um conjunto muito interessante de atividades, eu valorizava e já agora quero-vos dizer que valorizava a questão do sistema de mobilidade, inclusive Flexibus que volta a estar na apreciação no sentido que continua a ser trabalhado, mas eu presumo e também o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda já referiu isso, que este sistema de mobilidade inclusiva para as questões da saúde tem que naturalmente integrar a deslocação para o Garcia de Orta e eu penso que é exatamente a ligação dos Centros de Saúde ao Garcia de Orta. Lembro-me por exemplo e foi pena que das pessoas que participaram no painel do Congresso onde isto foi falado, porque houve munícipes que colocaram a questão das dificuldades crescentes dos utentes do Hospital Garcia de Orta, porque ele esta construído numa colina ele tem a rampa. Os transportes públicos não vão, e de facto não é fácil, temos que ter isso em conta, desde cá em baixo a entrada da rampa até às instalações do Garcia de Orta. Havia um munícipe expressamente que colocava a sugestão e foi pena por exemplo talvez do transporte social e talvez do Flexibus pudesse haver aqui alguma resposta minimizadora dos problemas, foi pena que não houvesse ninguém que quer dos serviços, quer dos eleitos pudesse informar as pessoas que participaram neste painel do trabalho que está a ser desenvolvido. Valorizo a vinda aqui nesta atividade, porque



isto permite-nos, se lermos isto com atenção, divulgar o processo. Por outro lado também valorizo todo trabalho que foi desenvolvido relativamente às questões do apoio social. Eu creio que na situação em que estamos tudo o que seja acrescentar a diminuição das dificuldades é de louvar, mesmo quando nós temos uma política que arrasta as famílias para as necessidades e depois são obrigadas as Câmaras a diminuir ou a cumprir ou a canalizar verbas que devia ser para outras funções e não para acudir às causas reais das populações pelas políticas seguidas de empobrecimento custe o que custar. Mas também gostava de dizer Sr. Presidente, vê-se que houve intervenções e estudos para intervir nas chamadas ciclovias, mas uma coisa que é recorrente na 4ª Comissão e também aqui nesta Assembleia é a paragem ou melhor o não andamento da resolução dos problemas de ciclovia entre Cacilhas e a Cova da Piedade. Sr. Presidente, não se percebe o que é que leva a que isto não seja feito quando se está a fazer outras intervenções para melhorar outras vias. Também, isto foi objeto de análise, digamos, e de afirmação por parte de munícipes que participaram no Congresso. Também a questão da entrada na Nuno Álvares Pereira. Enfim, o Sr. Presidente afirmou que os SMAS já tinham resolvido o problema e rapidamente aquilo tinha solução e continuamos sem solução, a pergunta é, para quando? E isto também foi mais uma questão colocada no âmbito do Congresso. E para falar no Congresso até porque de alguma maneira vem abordado e bem, do meu ponto de vista que é nesta informação da atividade municipal, haveremos de ter espaço e tempo de analisar melhor o Congresso, mas isto no painel em que eu participei, foi bem participado pelos munícipes, ninguém teve nenhum tipo de inibição de colocar as suas críticas, as suas dúvidas que foram devidamente anotadas e para dizer que provavelmente ficou aquém das possibilidades e das expectativas de alguns, quer do ponto de vista da participação, quer do ponto de vista se calhar da divulgação, mas eu acho que há uma coisa que é indesmentível, foi afirmado os condicionalismos e porque é que o Congresso foi marcado para esta data, enfim, a Comissão Organizadora foi composta e eu quero aqui colocar uma coisa também de forma séria que é a seguinte. Foi preocupação constituir uma Comissão Organizadora o mais abrangente possível, onde toda a gente devia participar enquanto membro da Comissão Organizadora, se não participou foi porque não quis. Arranjar, inclusivamente até essas coisas das inscrições e dos formulários, isso tudo na Comissão Organizadora foi debatido, foi esclarecido e portanto das duas, uma, ou as coisas acontecem e eu não vou para depois dizer mal, ou então se eu for séria intelectualmente não vou e não digo que a coisa correu mal. Porque a minha participação para que a coisa corresse melhor foi nula. Quero dizer Srs. Deputados Municipais que o Congresso não acabou, foi afirmado pelo Sr. Presidente no encerramento que o Congresso vai continuar noutra moldes, mas vai porque o que se pretende e o que se quer é a participação e portanto quando há uma proposta para que se alargasse o leque das visões, das propostas, da composição política partidária até aos representantes, aos chamados líderes das bancadas,



isso não foi por acaso, isso foi para que efetivamente todos pudéssemos participar, propor, corrigir o que fosse colocado como propostas. Qualquer coisa aconteceu para que alguns não tivessem ido, para que enfim, não se interessaram provavelmente, mas a verdade é que quem não participa depois é natural que encontre muitas falhas porque as suas opiniões não chegaram.”

6.1.2.5 - A Sr.^a Deputada Municipal Maria Odete Alexandre (Ind.):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Algumas das questões que eu tinha intenção de referir já foram aqui mencionadas, nomeadamente pela minha companheira de 4^a Comissão, mas eu não vou deixar de referir aquilo que tinha para dizer.

A questão do Flexibus poder chegar ao Hospital, foi uma questão que foi colocada no Congresso e que foi lá também ventilada a hipótese de o Flexibus poder fazer esse transporte. Com surpresa minha hoje verifiquei que estava inscrito já há dois meses nas atividades municipais. O que eu sugiro é que haja agilidade na execução desta medida, porque de facto é uma grande necessidade que as pessoas têm de poder aceder àquela ladeira íngreme que o hospital tem e que torna penoso para quem tem que subir a pé saindo de um autocarro cá em baixo. Essa é uma das questões. Mas há uma outra questão que também foi aqui já falada e que eu gostava de referir. Trata-se das anomalias no percurso ciclável. Falando com alguns ciclistas que eu não sou ciclista, eles queixam-se que aqueles separadores, não só o desnível que existe no piso e que leva a que quando chove e mesmo que chova pouco emposse a água, mas também o separador é muito perigoso para os ciclistas. Portanto, já que está prevista uma intervenção ali, é bom que revejam essa situação porque podemos evitar algum acidente.

Mas vamos agora então aos assuntos que não foram ainda falados e que eu gostava de poder ouvir alguma opinião do Sr. Presidente ou de algum dos Srs. Vereadores. Diz aqui na página 2 da introdução que está feita a conclusão do estudo prévio de reabilitação para o largo Alfredo Dinis. Nos últimos anos do século passado, foi feito um Plano de Pormenor para Cacilhas que incluía uma grande intervenção no largo Alfredo Dinis. Depois esse Plano de Pormenor de Cacilhas voltou a ser apresentado em 2012 com pompa e circunstância já depois das obras do MST e voltámos a falar de uma intervenção no largo Alfredo Dinis. E eu pergunto se esta intervenção que está prevista, esta reabilitação que está prevista é para depois ser condenada quando se fizer ou se der execução ao Plano de Pormenor ou não.

Os meios são escassos e portanto não podemos andar a fazer intervenções e depois intervençõezinhas e depois fazer uma grande intervenção, essa parece-me a mim que é de bom senso.

Também verifiquei na página 5 desta mesma introdução, que há uma intenção de utilizar a Escola D. António da Costa com algumas turmas do 1^o Ciclo. Eu saúdo esta ideia, acho que



faz falta de facto uma escola do 1º Ciclo ali naquela zona, porque é uma zona de muitos avós. E é normal que precisem de ter os seus netos perto de casa.

Depois na página 31 do Relatório diz que há um plano de logística urbana de Almada e há participações, diz no Relatório, Acompanhamento da Participação Técnica Institucional do Município de Almada na Associação Internacional para a Logística Urbana Sustentável em Pequenas e Médias Cidades. Eu quero chamar atenção para uma coisa que eu acho péssima em Almada. Quando foi feito o estudo do traçado do MST pressupunha-se que seria a mesma empresa que ia fazer a intervenção também dos autocarros e isso trouxe como consequência e já falámos disso algumas vezes, que não tivessem sido colocadas as proteções para os peões que estão à espera do transporte para os autocarros, etc., etc.. Mas não foi tido em conta uma outra coisa e o Plano de Mobilidade de Almada também não teve isso em conta, é que a maioria dos nossos pequenos supermercados que existem pela cidade não têm sitio para cargas e descargas e aquilo é um martírio, cada vez que nós queremos passar estão lá os camiões a descarregar os produtos, a nós faz-nos falta que eles sejam reabastecidos porque nós depois vamos lá às compras e queremos ter lá as coisas, mas o que é verdade é que quando nós passamos ao estatuto de condutores a presença daqueles camiões enormes, porque ainda por cima estas pequenas superfícies não têm em conta que a distribuição devia ser feita por camiões um pouco mais pequenos, são feitas com camiões enormes e portanto isto verifica-se por exemplo na rua Bernardo Francisco da Costa, cá ao fundo porque há um Minipreço, naquela avenida que dá acesso à rotunda onde está a estatua dos Bombeiros, aí inclusivamente foram colocados alguns contentores do lixo no sítio onde era suposto estar o estacionamento para esses camiões. Diz-se que há ali duas faixas, mas na realidade não há, sempre que ali se passa, sempre está uma das faixas ocupadas com um desses camiões. É uma chamada de atenção que eu gostaria que fosse tido em conta.”

6.1.2.6 - A Sr.ª Deputada Municipal Ana Salvado (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Queria dirigir algumas questões ao Sr. Presidente da Câmara, embora a Informação Municipal seja relativa aos meses de março e de maio, as minhas observações são mais presentes, mas certamente aquilo que irei observar poderá ou não ter sido pensado precisamente neste período e as observações prendem-se com as novas dinâmicas de circulação de trânsito, estacionamento de viaturas que norteiam neste momento a área que compreende a praça São João Baptista. A recente abertura da Padaria Portuguesa nesta praça veio trazer uma renovada atração a este lugar, instalaram-se novas esplanadas dando continuidade às que já existiram, ao mesmo tempo foi aberta à circulação a área que circunda a praça, ao mesmo tempo já se observa há algum tempo o atravessamento por parte dos transeuntes numa zona que não está assinalada como passadeira, uma vez que a passadeira existente praticamente



não é utilizada e portanto aquela passadeira informal que tanto os transeuntes como os automobilistas a reconhecem acaba por ser o ponto de passagem quotidiano, permanente naquela zona, e estou a falar nesta zona mas poderia falar uma zona um pouco mais abaixo e portanto e este assunto já foi trazido aqui várias vezes e é de facto preocupante, porque se as questões informais e o modo informal como as pessoas vivem a cidade também acaba por ganhar consistência e muitas vezes por fazer jurisprudência se assim se pode dizer, se acontecer alguma coisa com essas mesmas pessoas, não há legislação, não há proteção nenhuma que as defenda, e portanto a questão da passagem para o outro lado da rua tem que ser assegurada de alguma maneira e a passadeira existente, volto a dizer e não é certamente porque as pessoas não lhes apetece passar ali, porque efetivamente não é racional face à lógica de mobilidade que ali está presente. Sai-se do metro e tem que andar provavelmente uma dezena de metros para atravessar, quando é ali que conflui uma lógica e uma dinâmica pedestre muito própria. E pergunta-se que razões é que justificaram a abertura ao trânsito da dita área circundante da praça São João Baptista quando manifestamente esta circulação coloca em perigo as pessoas que estão nas esplanadas, e note-se que a localização da esplanada na dita Padaria Portuguesa faz esquina e portanto os carros também têm que contornar e quase que um café pode receber um automóvel vindo de frente, uma pessoa sentada na esplanada mais à esquina pode receber um automóvel vindo de frente, porque razão não se reconhece a atual passadeira informal, ou se está pensada uma outra solução? E porque razão são permitidos estacionamento que estão de dia para dia a ganhar maior escala em cima do passeio e na dita zona aberta ao trânsito, quando a atitude generalizada da ECALMA é tão intransigente em praticamente todo o território que está regulamentado do ponto de vista do estacionamento.”

6.1.2.7 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É para um pedido de esclarecimento na sequência da intervenção da Sr.^a Deputada Luísa Ramos da Bancada da CDU e porque a Sr.^a Deputada se referiu à Comissão Organizadora do Congresso Almada e porque nós estivemos desde o início nessa Comissão Organizadora e porque achamos que na Ata desta Assembleia deve ficar referido de facto e deve-se concretizar quem participou e quem não participou para quem for ler não seja depois confundido com o que aconteceu a uma semana da realização do Congresso, em que fomos confrontados e como o Sr. Deputado do PSD Nuno Matias já aqui falou, com algumas acusações que a meu ver não vieram ajudar de facto a que a coisa decorresse de forma pacífica, acusações que depois foram secundadas pelo Grupo Municipal ou pelo menos pela Concelhia de Almada do CDS. Isto porque não adianta nós termos feito o barulho que fizemos e depois não corrigirmos o erro, porque o Sr. Deputado assumiu aqui que o erro foi corrigido. É lamentável é que não tenha utilizado os mesmos meios que usou para depois



corrigir a parte em que admitiu aqui ter estado errado. Portanto Sr.^a Deputada, agradecia que concretizasse quais foram os Grupos Municipais que participaram de facto em todo o processo e quem não participou também infelizmente em todo o processo.”

6.1.2.8 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu confesso penso que nós já não teremos tempo e portanto no limite poderia encaixar na defesa da honra.

Aquilo que acabou de ser dito só não tem mais gravidade porque as coisas se relevam apesar de tudo nestes ambientes e nestes locais, porque eu não disse que estava errado. Aquilo que eu disse é que a Vereadora Amélia Pardal tinha reconhecido o erro do formulário, que iria ser corrigido. Aliás o mesmo foi transmitido pelo Sr. Presidente da Assembleia que no dia 5 de junho depois de eu ter enviado um e-mail ao Sr. Presidente que posso depois pedir para ser distribuído, está aqui, às 10h46, onde relatava o facto que para mim era grave do formulário a dizer, “a comunicação submetida será avaliada previamente pela equipa técnica e executiva do Congresso Almada”, e recebi um telefonema amável da Vereadora Amélia Pardal e do Sr. Presidente da Assembleia Municipal para a nota que isto era um erro de formulário que iria ser corrigido, o que é verdade é que depois no dia 10 de junho recebo um e-mail da Comissão Organizadora a dar nota de que minha inscrição não era validada, porque não tinha entregue a tal comunicação. E também está aqui o e-mail que recebi da Comissão Organizadora. Agora, indo à questão das reuniões participadas ou não participadas, porque isso parece que está a incomodar muita gente. Eu tive ocasião de a primeira vez que o Gabinete do Sr. Presidente teve a amabilidade de me ligar a convidar para a reunião, eu explicar que não poderia, porque àquelas horas eu normalmente tinha sempre agenda, e não me comunicaram a mim, e aí sim pela primeira vez digo, erro meu, porque não me comunicaram que o convite era só feito ao líder de bancada, porque se têm dito que era para nos fazermos representar na nossa ausência, como é óbvio, nós somos 5 e por uma questão de solidariedade de equipa certamente teria havido alguém a representar o PSD. E eu não sabendo que o convite era só ao líder, ou que podia fazer-me representar não diligenciei e aí sim erro meu, de me fazer substituir, porque eu nunca poderia estar àquelas horas que era convocado para essas reuniões. Agora, sempre me disponibilizei para ir recebendo as informações e como é óbvio esta questão dos formulários eu nunca recebi nenhuma informação que iria ser feito nestes moldes, porque senão certamente teria comunicado mais cedo ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, coisa que eu fiz no dia 5 quando me apercebi da situação e comuniquei no dia 5, recebi este e-mail depois no dia 10 a dizer que afinal continuava a não estar inscrito porque não tinha validado a comunicação. E estão aqui e-mails, eu não venho aqui com processos de intenção, e como estas coisas são sérias, eu quando tomei a posição pública que tomei foi exatamente para ficar esclarecido se



havia ou não a questão da avaliação prévia das comunicações, e aquilo que me foi transmitido é que não havia e que havia um erro de formulário e que isto não seria realmente tido em consideração. O que é certo é que depois, no dia 10 voltei a receber este e-mail que me dava como não inscrito, porque não tinha apresentado a comunicação prévia para avaliação. Como eu disse aqui, na realidade e face à explicação que me foi dada quer pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, quer pela Vereadora Amélia Pardal, eu como é óbvio cheguei lá, apesar de ter sido a meio que voltei a dar indicação que queria fazer uma comunicação, porque isso não foi apresentado no início do painel, que apresentaram quatro dos outros inscritos, não apresentaram o meu nome e eu no intervalo fui ter com o moderador e identifiquei-me, disse que tinha a comunicação e fizeram a comunicação eu disse isso aqui, mas eu não assumi erro nenhum, eu não assumi erro nenhum, a única coisa que eu relatei foi que aconteceu este conjunto de situações que eu acho mal, que eu acho que acabam por manchar o evento que era uma boa ideia, e portanto se a questão era “mas devia ter estado na reunião da Comissão Organizadora”, eu já diligenciei que poder-me-ia ter feito substituir, mas dei nota à pessoa que amavelmente me ligou do Gabinete do Presidente, que eu não poderia estar presente. Dei nota que eu não poderia estar presente. Portanto, fazer juízos de intenção em relação a essas matérias parece-me de profundo mau gosto e se a questão é o formalismo de perceber quem tem a razão, eu tenho aqui os e-mails enviados bem como o recebido por parte da Comissão Organizadora.”

6.1.2.9 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Relativamente a esta última questão e vindo de um Partido como o Bloco de Esquerda que muito protesta e portanto cumprindo o seu papel na democracia, achamos também que foi o normal cumprimento daquilo que é a democracia que é quando existe alguma dúvida realmente essa dúvida ser expressada de forma democrática. Mas de qualquer maneira o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda neste caso terá sido seletivo a verificar o órgão oficial do CDS-PP de Almada no Facebook quando só aqui mencionou essa parte em que o CDS-PP apenas informou, digamos assim quer os militantes, quer os almadenses que tinha conhecimento dessa mesma situação e que ao mesmo tempo não queria crer que fosse verdade. E não tomámos qualquer posição, digamos assim, que desse a entender que essa mesma situação fosse efetivamente uma realidade, foi-nos transmitido que essa mesma situação se estaria a passar ao qual nós a nossa posição foi de não querermos acreditar que a realização do Congresso Almada pudesse estar a ser feita nesses moldes. Portanto, da nossa parte e depois inclusivamente aliás por isso é que eu estava aqui a dizer que terá sido seletivo inclusivamente depois do Congresso nós efetivamente fizemos até um envio de felicitações à Câmara Municipal pela realização do mesmo Congresso e que louvamos novamente, esperamos que continue e esperamos que seja um espaço de livre debate



democrático e que seja o aprofundamento da democracia, neste caso no Concelho de Almada.

Relativamente às questões que têm a ver com esta parte da ordem de trabalhos, gostaria apenas de fazer duas referências relativamente a dois requerimentos que o CDS-PP recebeu por parte da Câmara Municipal de Almada, um deles tem a ver com a realização das festas do Concelho que o CDS propôs que voltassem quer ao Jardim do Castelo de Almada, quer também ao largo do Tribunal, o largo Gabriel Pedro, se não estou em erro, para que realmente tivessem aquela animação de outrora e bem que na altura a Câmara Municipal de Almada proporcionava quer aos almadenses, quer também aos seus visitantes. Entendemos, entende o CDS-PP e não só entendem também os comerciantes daquela zona que perde-se a oportunidade de efetivamente haver uma nova atratividade para aquela zona e todos, penso que aqui todos se são almadenses, os que não são mas conhecem e com certeza conheceram a vivacidade que aquela zona tinha há uns anos atrás relativamente às festas do Concelho. Não pomos em causa como é óbvio os inúmeros eventos que se realizam por todo o Concelho, claro que entendemos e não queremos que as festas se resumam ao largo do Tribunal e ao Jardim do Castelo, como é evidente, de forma alguma. Louvamos sim senhor algumas atividades como as marchas populares, como outras atividades que são feitas dentro destas festas no âmbito das festas do Concelho, mas quer dizer, ao CDS-PP custa um pouco um dos argumentos que é aqui dados é que não estão reunidas as condições nestes dois locais para que as festas possam retomar. O CDS-PP pergunta, mas estão reunidas na rua Capitão Leitão, em 200 metros de festa? Um Concelho com 170 mil habitantes resume-se as suas festas no Centro de Almada a 200 metros de festas? São 200 metros de festas que reúne as condições necessárias comparando com o Jardim do Castelo e com o largo do Tribunal? Fica a questão relativamente a esta questão das festas.

Em relação a outro requerimento que o CDS-PP enviou para a Câmara Municipal tem a ver com o equipamento desportivo da Escola Feliciano Oleiro. Eu pergunto e questiono aqui diretamente o Executivo, o que é que o Executivo pensa fazer com o uso que poderá dar a este equipamento desportivo que é um bom equipamento como é evidente e que poderia estar ao serviços das populações, nomeadamente à população, não só a população escolar, mas também à população em geral que pudesse utilizar este mesmo equipamento, só traria uma mais-valia.

Depois também é dado aqui a indicação que nenhuma entidade ou neste caso nenhuma coletividade, nenhuma instituição terá apresentado uma proposta para a gestão deste mesmo equipamento, nós perguntamos também com a mística que há do associativismo em Almada, não existe nenhuma associação capaz e com vontade de pegar neste equipamento? Fica também a pergunta.”

6.1.2.10 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):



“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Respondendo ao desafio do Deputado Carlos Guedes. Havia não sei se ainda há uma profissão que era o apontador, que era aquela pessoa que se punha ao pé do relógio de ponto para ver quem é que faltava e quem não faltava, eu não tenho muita vocação para isso. Acho que toda a gente tem razões para não ir às coisas ou até para chegar atrasado e dar baixa e essas coisas todas, mas ainda assim é mais fácil dizer quem é que não participou, se esta minha resposta satisfizer o Sr. Deputado. Não participou o CDS e o PSD, dentro daquilo que foi a presença dos representantes, dos chamados líderes dos grupos municipais da Assembleia Municipal. Não falo de outros órgãos. Agora eu percebo, eu também não gosto que me façam processos de intenção, eu também não gosto de fazer processos de intenção, mas também não faço aos outros. E o que acontece é que o Sr. Deputado Nuno Matias, apesar de ter algumas explicações pelos vistos quer pela Sr.^a Vereadora Amélia Pardal quer pelo Sr. Presidente da Assembleia, não o inibo de dar a entrevista que deu de fazer o comunicado a empresa que fez. E portanto, ele sim, fez um processo de intenção, ele sim fez uma tentativa de denegrir um processo bonito, democrático, aberto, pluralista. E portanto não se arrependeu, é pena, lamentamos, mas demonstra o perfil democrático do Deputado Nuno Matias.”

6.1.2.11 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente para que fique esclarecido, eu já tive oportunidade mesmo de transmitir essas minhas razões à Sr.^a Deputada Luísa Ramos, eu além das minhas questões profissionais, também tenho da parte da noite questões académicas e portanto terá sido essa a situação que me levou a não poder estar presente. Infelizmente este mandato o CDS-PP é só um, com certeza seremos mais daqui para a frente, mas fica dada aqui a minha resposta para que fique em Ata.”

6.1.2.12 - A Sr.^a Vereadora Maria Amélia Pardal, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Duas ou três questões, uma sobre a questão levantada pela Sr.^a Deputada Odete Alexandre e que tem a ver com o Plano de Pormenor de Cacilhas e com a intervenção no largo Alfredo Dinis, estamos a falar de coisas de dimensão completamente diversa. Aquilo que se pretende com esta intervenção é a qualificação do largo, reorganização do largo, dos restaurantes, é isto e alguma intervenção física, portanto não é nenhuma intervenção que comprometa a intervenção futura e mais estruturante do Plano de Pormenor de Cacilhas. Portanto, estamos a falar de uma intervenção desta natureza.

Relativamente a uma questão colocada pelo Bloco de Esquerda sobre a intervenção na propriedade muito degradada que colocaram na última Assembleia e que tomei nota, e os serviços de facto intervieram, os proprietários foram notificados no quadro legal existente. Não



consigo dizer hoje se acabou o prazo ou não de resposta às notificações, aquilo que decidimos foi que se não houver resposta e não houver intervenção por parte dos proprietários iremos em articulação com a Proteção Civil proceder a intervenção coerciva e com caráter de urgência. Há um conjunto de situações muito graves, de facto de risco nesta situação.

Relativamente ao Congresso, esclarecer duas ou três questões. A primeira questão, dizer que fui eu que contatei o Deputado Nuno Matias, porque fiquei verdadeiramente e tive oportunidade de lhe dizer, aliás não conseguia falar com ele no dia e portanto falei com a pessoa que assinava o documento e pedi-lhe para que entrasse em contato comigo, porque de facto fiquei até pela responsabilidade que tinha no quadro executivo do Congresso, fiquei um bocado chocada pelo facto de, e tive oportunidade de lhe dizer, acharia mais correto, mas natural e cada um intervém como entende nestas situações, mas que acharia mais correto que tivesse contactado a Comissão Organizadora ou a mim própria, porque sobre muitas outras questões fazemo-lo frequentemente e a resposta é dada de imediato quando é possível, ou logo que seja possível e portanto tive oportunidade de lhe dizer. O que eu disse não foi que houve um erro no formulário, o que eu disse é que não foi feliz a formulação do formulário, é uma coisa diferente e vou dizer porquê. A Comissão Organizadora decidiu no quadro do conjunto vasto de decisões sobre o Congresso tudo aquilo que aconteceu do ponto de vista organizativo, de conteúdo das sessões, da forma como se organizou, da linha gráfica, da imagem gráfica, do orçamento, toda a Comissão Organizadora teve conhecimento e decidiu sobre estas matérias e o que se decidiu foi para além das intervenções da mesa, das várias mesas, podia haver lugar a intervenções mais demoradas, mais de fundo e que essas intervenções seriam objeto de inscrição no pré-congresso, e aquilo que se viu e por isso a formulação de facto não foi a mais feliz, e eu própria tive oportunidade de o dizer até ao Sr. Presidente, eu não verifiquei a formulação, porque no meio de 50 mil tarefas nem eu, nem alguns dirigentes verificámos o que estava escrito, o que se queria dizer e eu fui clara depois na explicação e fomos no processo de discussão sobre esta matéria, é que as intervenções não eram naturalmente validadas por nenhuma Comissão Técnica, nem por mim que coordenava a Comissão Técnica. Aquilo que se faria era no quadro dos temas do Congresso integrar as intervenções que chegavam nos variadíssimos painéis. Aliás, devo dizer que o fizemos e que tivemos até painéis em que havia 5 ou 6 intervenções e houve painéis onde houve uma intervenção. E que para além disto havia um conjunto de intervenções e aconteceram durante todo o Congresso que as pessoas inscreviam-se e falavam. Aquilo que aconteceu com o Deputado Nuno Matias e disse na altura imediatamente aquilo, aliás nesse dia acabavam as inscrições mais formais e aquilo que aconteceu, eu disse, foi “é possível com a intervenção que quer fazer, fazê-la na sessão em que o entender fazer”. Aliás, na altura até me disse qual era o tema em que gostaria de intervir, penso que sim.



Aquilo que aconteceu foi um membro, um técnico da Comissão Executiva quando foi fazer a checagem das intervenções, verificou que houve intervenções, neste caso que estavam todas corretas e deram entrada e a sua que dava um erro, e portanto respondeu automaticamente e teve oportunidade depois de me dizer que tinha acontecido essa situação. Aquilo que aconteceu foi claro, decorre da natural atividade humana e de quem faz coisas e de facto de não fazer tudo na perfeição.

Julgo que relativamente à preparação do Congresso e tudo aquilo que foi o processo de discussão, de como é que cada pessoa podia ou não podia intervir, foi aberto, possibilitou que toda a gente com as mais diversas opiniões sobre as mais diversas matérias interviessem no Congresso. Aliás, teremos a oportunidade de todos mais tarde ver por um lado aquilo que foram as resenhas das intervenções e por outro lado as gravações. O Congresso foi todo gravado, o vídeo não foi todo, mas foi todo do ponto de vista do sim e portanto é possível perceber a diversidade, a oposição de opiniões sobre um conjunto de matérias. Dar esta nota.

Relativamente à participação, haverá com certeza uma reunião da Comissão Organizadora que fará a avaliação e produzirá um documento conclusivo que será também distribuído depois a todos os membros da Comissão Organizadora e à Assembleia Municipal, com certeza. Mas dizer que houve uma participação no total nas 11 sessões e no Congresso de 1100 pessoas e um conjunto muito diversificado também de intervenientes de várias áreas e portanto deste ponto de vista é a informação que neste momento traria e penso que é suficiente.”

6.1.2.13 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em relação à questão do Governo e da Margueira. A referência que queria sublinhar neste momento foi a não presença de nenhum membro do Governo na apresentação do chamado naming que foi adotado para apresentar o projeto Arco Ribeirinho Sul ontem no Barreiro. Esta é a questão que é lamentada e que não deixa de poder ser alvo de uma leitura, até porque foram convidados diversíssimas entidades para que pudessem estar presentes e podemos dizer que muitas delas responderam ao convite que lhes foi feito e não podia deixar de referir este aspeto, porque é fundamental que à dimensão do projeto que se tem que esse interesse se continue a manifestar e não quero com as minhas palavras e com qualquer coisa que adiante, prejudicar o que quer que seja em relação a matéria de tão grande interesse estratégico que tem, volto a dizê-lo, não é só para o Município de Almada, nem para os três Municípios que estão neste território, mas é para a região, e volto a dizê-lo para o próprio País.

Em relação ao parque de estacionamento da Automonumental de Almada, a seu tempo se verificará. Nós continuamos a ter interesse em relação a esse espaço, e esse interesse tem a ver com os projetos que temos para o desenvolvimento dos projetos do Centro de Almada. E



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

naturalmente que há momentos para tudo e o momento agora é esse, é aquele que se está ali a viver e pedimos a compreensão de todos porque poderá nos próximos dias ou nas próximas semanas poder haver alguma perturbação, mas enfim, a perturbação é natural para que alguma coisa de novo possa surgir.

Em relação às questões da rede viária da Bento Gonçalves, nós vamos verificar exatamente, assim como relativamente a outras questões, vamos verificar exatamente aquilo que se passa, se é nosso, se é do metro, mas de qualquer maneira o que interessa é que o problema se resolva e que as coisas fiquem melhores.

Em relação às questões do Congresso, o que é que gostava de dizer? Acho que nada pode manchar uma iniciativa que sendo uma experiência inicial, pretende fazer um grande caminho. E é uma experiência nova que precisa de ir mais longe, que precisa da contribuição de todos e de toda a gente, e que a atitude tem que ser de confiança. Nós optámos por um modelo em que todos estivessem e quando estou a dizer optámos, optámos o conjunto dos que aqui estão, das Freguesias, das Assembleias de Freguesia, enfim optámos por esse modelo, optámos por um modelo em que não há propriamente documentos aprovados, há contribuições para uma reflexão conjunta em termos da matéria em que toda a gente tem lugar, isso foi dito sempre desde o início e portanto eu nem sequer considero que pode haver incompreensões que eu não queria colocar no plano sequer partidário, podem ser de caráter pessoal e de alguma reserva que uns têm e que as manifestam, outros não as manifestam mas não deixam de as ter. O que importava é que houvesse aqui alguma aproximação entre todos nós, para que este espaço pudesse consolidar e que pudéssemos ir mais longe no potencial que tem que é uma forma de participação. E já agora dizer, sempre o dissemos, não é a única forma de participação, há outras formas de promover a participação.

Enfim ondas, a última onda e mais conhecida hoje e nos últimos dias é a onda do Bugio, e sobre isso não diria mais nada para que pudéssemos todos ficar com uma boa imagem, uma imagem agradável. Naturalmente está a valorizar o nosso Concelho, porque pelos vistos até o Bugio ainda é Almada. Eu não sabia, mas fiquei a saber, fiquei a saber que o Bugio também é Almada e portanto temos essa agradável notícia para nós.

Questões relacionadas com informação associada ao trabalho da Assembleia, está em consideração por mim, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, seja no que diz respeito à transmissão das sessões da Assembleia, seja no que diz respeito à questão que foi referida do Boletim. Portanto, há alguma ponderação sobre qual é o tipo de solução para nos podermos orientar, mas a seu tempo e na medida que seja possível consolidar alguma proposta assim o faremos.

Em relação às festas do Concelho. As festas do Concelho são por todo o Concelho, e era bom que tivéssemos isto presente, todas as Freguesias há festas e felizmente apesar das



dificuldades, os almadenses caracterizam a sua forma bastante animada como comemoram as suas festas da cidade.

Em relação ao equipamento desportivo da Feliciano Oleiro, nós iremos ver, tomámos nota do que passa e vamos procurar resolver.

Em relação às questões do Plano de Emergência Social o que está dito é que irá haver reforço, na medida do que seja necessário, mas atenção, voltamos a dizer, nós não vamos dar nenhum sinal de nos substituímos à Segurança Social numa matéria que é da responsabilidade da Segurança Social. Estabelecemos um limite, uma ajuda de emergência, é isso que ali se diz. Por isso é por seis meses. Se vamos alargar isto passamos a ter o serviço da Segurança Social de Almada e nós não temos bagagem para aguentar uma coisa dessas, porque os problemas são de grande dimensão e portanto é preciso ter alguma atenção naquilo que se vá fazendo. Isto alivia as pessoas sem desresponsabilizar a Segurança Social pelo seu papel que é central em relação a este aspeto, mas em relação ao que está programado a articulação com as várias entidades cujo papel nunca deixaremos de sublinhar e de salientar, esse nosso trabalho vamos procurar fazê-lo da melhor maneira e ir tão longe quanto possível para que na medida do que está acordado nada falte às instituições, mas sobretudo que nada falte às pessoas que são ajudadas também nesse contexto.

Circuito da saúde, como já foi dito, é um projeto que já vimos que dificilmente poderá ser levado a cabo no contexto daquilo que é o Flexibus. O Flexibus é um modo de transporte que assenta num motor elétrico que dificilmente conseguirá fazer aquelas subidas que ainda há pouco aqui se referiam, tem circuitos mais suaves. Procurará ligar o SAP pela Cova da Piedade, pelo Pragal à Estação REFER do Pragal, passando pelo Hospital Garcia da Orta. É um circuito que se pretende que venha a ser constituído. Também aqui há ponderações finais relacionadas com o custo e naturalmente nós em relação ao Flexibus tivemos um apoio que foi importante, também no contexto de um programa europeu, mas aqui precisamos dizer como é que vamos dar viabilidade a uma despesa que a partir do momento em que está assumida vai existir todos os meses e todos os anos.

O circuito da saúde mantem-se, também há questões a ver com os TST em relação a esta matéria, mas iremos com certeza procurar fazer caminho em relação a este assunto.

Mercado do levante, o que há em relação ao mercado do levante do Feijó neste momento é a qualificação para já daquele espaço e depois se verá a seguir o que é que vai fazer. Não nos é indiferente que as pessoas que recorrem a este tipo de mercados, é preciso dizê-lo com toda a clareza que são pessoas que não deixam também de sofrer com a crise, atenção que a gente não pode chegar ali agora acabou o mercado, e agora para onde é que vocês vão? Ou haver melhores alternativas que possam conciliar os vários interesses comerciais que



também se competem uns com os outros. Procuraremos fazê-lo e procuraremos também aqui dignificar essa atividade, naturalmente procurando sempre as melhores soluções.

Obras. Algumas obras do Centro de Almada, Cristo Rei, pavimentações. Fizemos uma visita há poucos dias, estão previstas algumas intervenções no sentido de depois desta fase mais liberal, digamos assim, em relação ao trânsito, podermos fazer alguma intervenção de ordenamento, designadamente no que diz respeito ao estacionamento e podermos melhorar alguma coisa no que diz respeito à lógica da circulação que ali há.

Em relação às questões da logística. É um problema que temos e não vai ser fácil educar as pessoas, como existe nos outros países de cargas e descargas, fazem-se até às 7 da manhã, depois das 7 da manhã acabaram as cargas e descargas e os carrinhos que entram nas ruas, tem a ver com a dimensão da rua e tem a ver com as condições da rua. É um caminho para fazer, daí a nossa adesão a este projeto europeu. Aprender com os outros e procurar trazer para aqui outras experiências, naturalmente avaliando a partir daquilo que é a nossa realidade.

Muro da Escola Fernão Mendes Pinto tal como a questão que foi levantada da António da Costa, na qual provavelmente teremos que dar aí um empurrão para que seja possível intervir na Escola, mas isto do intervir na Escola com dinheiros do Município tem que se ver como é que se faz. Não excluimos neste momento que a Câmara se substitua ao Governo Central em relação a algumas coisas, também nesta matéria, mas vamos ver em que circunstâncias isso é possível fazer.

Festa Verde, tomámos nota. Também demos conta de que as coisas este ano, houve compromissos que foram assumidos antes sem se ter em conta a data da realização da Festa e depois foi necessário fazer-se ali acertos e provocou alguma incerteza e alguns atrasos no desenvolvimento, alguma perturbação no desenvolvimento da iniciativa, procuraremos no futuro que esses aspetos não surjam.

Férias escolares, enfim, há o desenvolvimento de um projeto em relação às férias escolares, nós estamos a querer fazer um caminho nessa direção. Este ano a Câmara pretende oferecer condições para férias escolares para cerca de 300 crianças, mas em relação ao conjunto do projeto, designadamente àquilo que é feito em articulação com outras entidades vamos ver o que é que está. Comprometo-me a ver com o Sr. Vereador e as instituições poderem naturalmente serem atempadamente informadas sobre o que é que está em curso, não consigo agora responder com o pormenor que provavelmente desejaria.

Transporte das crianças e pessoas com mobilidade reduzida. É verdade, isso apareceu em várias reuniões de Câmara, essa questão foi levantada até por munícipes. Procurámos intervir para corrigir, alguma coisa melhorou, como teve ocasião de referir, precisamos encontrar uma solução com outra consolidação. De qualquer maneira a indicação que foi dada aos serviços é, não olharem à despesa e se for necessário contratar outra viatura para que não haja



interrupções, é para o poderem fazer. Mas não há neste momento da nossa parte nenhuma limitação a que haja uma solução. Provavelmente veremos se é necessário depois irmos mais longe em relação a essa matéria, mas é o que neste momento lhe posso dizer e são as indicações que foram dadas aos serviços em relação a esse assunto.

Ciclovias. A questão da ciclovia de Cacilhas à Cova da Piedade, o chamado círculo da Piedade - Parque da Paz. Aquilo tem vários troços com vários problemas, como sabem. Em relação às questões levantadas também pela Deputada Odete Alexandre, neste momento estamos virados para que sejam tiradas as balizas. Até porque os autocarros já se encarregaram de tirar as balizas em vários locais e refazer a marcação da via. Aquilo é de facto ainda uma obra com algum peso, mas está para ser feito.

Largo de Cacilhas, não falaram nisso, mas estamos muito empenhados em procurar uma solução para aquele estacionamento que os TST hoje faz do largo de Cacilhas. Como sabem aquilo não é aceitável, compreendemos as razões, mas de facto não é aceitável que essa situação se venha a prolongar, até porque o largo de Cacilhas é uma porta de entrada que deve ter outro cuidado, assim como já falámos ontem em relação às esplanadas e à forma como as coisas têm estado a evoluir ali naquela zona.

António da Costa, 1º Ciclo, já referi.

Entrada da D. Nuno Álvares Pereira será feita a correção. Pensamos que teremos que fazer alguma intervenção na zona mais central, Luís de Queirós e Fernão Lopes, naquela zona.

Em relação àquele aspeto que referiu da circulação na praça São João Batista. Aquele percurso sempre esteve aberto, mas voltamos a chamar atenção e reconhecemos que aquilo não está claro, mas toda aquela zona é uma zona pedonal e nós temos de facto que deixar perfeitamente claro que toda a zona que vai da praça São João Baptista à praça Gil Vicente é pedonal. A prioridade é sempre o peão, não precisa haver passadeira, toda aquela zona é uma passadeira. E portanto é preciso que se compreenda, é uma zona mista afirmada desta forma. Reconheço que estamos atrasados no que diz respeito a que esta imagem e esta ideia seja suficientemente imprecisa para que as pessoas saibam o que é que ali se passa, até porque se não for assim tudo aquilo é muito confuso. Temos passadeira num lado, mas depois as pessoas têm que atravessar a linha do metro e onde é que acaba uma coisa e começa a outra. Aquilo é uma zona pedonal, prioridade aos peões, naturalmente têm que se saber comportar também porque está numa zona mista. Os carros têm que ter o 20 à hora, o carro passa aos 20 e há sinal vermelho, há sinal vermelho e há multa. Passou os 20 à hora leva com o sinal vermelho. Como nos outros lados. A gente passa numa aldeia no Alentejo, está lá 50, quando lá chega à frente o sinal está vermelho, parou. No Alentejo ou noutro lado qualquer do País. Em Almada e nesta zona é uma zona mista, é a nossa aposta neste momento. Veremos depois mais à frente se será de outra forma. Mas neste momento a nossa aposta é a zona mista com controlo da velocidade dos carros que ali circulam. E



portanto naturalmente que há o problema do estacionamento, também em relação a isso há algumas ideias que estão em consideração e em avaliação para podermos trabalhar. Isso também é Congresso. Também nesse aspeto o que está previsto é que havendo ideias mais consolidadas e mais sistematizadas temos oportunidade de fazer as reuniões com a população ali daquela zona para discutirmos estas matérias.”

6.1.3 - Não havendo mais pedidos de palavra foi dada como apreciada a atividade municipal.

6.2 - Entrou-se no segundo ponto da ordem do dia com a apreciação e votação da Proposta Nº 95/XI-2º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 17/06/2015, sobre “Alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Almada”, (**Conforme Anexo XXV**).

6.2.1 - Para apresentação da referida Proposta usou da palavra o Sr. Vereador José Gonçalves, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.2.1.1 - O Sr. Vereador José Gonçalves, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É uma proposta de adaptação do Mapa de Pessoal, tem digamos três questões básicas, a primeira tem a ver com a adaptação do Mapa de Pessoal à nova macroestrutura que foi aprovada pela nossa Assembleia Municipal e que está em implementação. Uma segunda situação visa assegurar o número de lugares no Mapa relativamente a Assistentes Operacionais e Auxiliares da Ação Educativa. Como sabem resulta do acordo entre o Município e o Ministério da Educação, havendo indicação neste momento que serão necessários mais lugares tendo em vista a abertura do ano letivo seguinte e sendo uma função importante da ação educativa os Auxiliares da Ação Educativa como sabemos. Consagramos aqui a proposta dos novos lugares. E uma terceira questão tem a ver com a possibilidade de consagrar novos lugares de Encarregado, tendo também como objetivo a melhor organização, tendo o facto de termos recrutado mais trabalhadores e a necessidade de ter naturalmente chefias diretas desses mesmos trabalhadores.”

6.2.2 - Não havendo pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta Nº 95/XI-2º, que foi aprovada por maioria com vinte e quatro votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PSD e do PAN) e onze abstenções (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do CDS-PP e Ind.), através da seguinte deliberação:

Deliberação

Considerando que por proposta de iniciativa da Câmara Municipal a Assembleia Municipal aprovou na Sessão Plenária referente ao mês de dezembro de 2014 e na Sessão Plenária referente ao mês de fevereiro de 2015, respetivamente, o Mapa de Pessoal dos Serviços



Municipais para 2015 e a Reestruturação Orgânica dos Serviços Municipais, cujas deliberações foram publicitadas através dos Editais nºs 245/XI-2º e 285/XI-2º.

O Mapa de Pessoal consagra a previsão dos recursos humanos estimados como necessários à prossecução dos objetivos definidos e integrados numa Estrutura Orgânica mais conforme com as necessidades de prestação de serviço público às populações com qualidade e eficiência e prosseguir os objetivos estratégicos de desenvolvimento sustentável, solidário e eco-eficiente.

Importa assim dotar e adequar o Mapa de Pessoal com os lugares de Cargos Dirigentes que correspondam às Unidades Orgânicas aprovadas.

Impõe-se também, atendendo às necessidades apresentadas pelos serviços municipais, face a exigência imperiosa de cumprimento do Plano de Atividades, um acréscimo de postos de trabalho, com particular incidência na carreira de Assistente Operacional na área estratégica de atividade de Ação Educativa no âmbito de necessidades de natureza transitória e temporária para assegurar as atribuições e competências delegadas pelo Governo no Município, em matéria de educação.

Assim, a presente alteração ao Mapa de Pessoal para 2015, no fundamental apresenta:

- Inclusão de 5 postos de Trabalho para cargos de Direção Intermédia de 1º nível;**
- Inclusão de 13 postos de Trabalho para cargos de Direção Intermédia de 2º nível;**
- Inclusão de 8 postos de Trabalho para cargos de Direção Intermédia de 3º grau;**
- Inclusão de 2 postos de Trabalho na carreira de Técnico Superior;**
- Inclusão de 2 postos de Trabalho na carreira/categoria de Encarregado Geral Operacional;**
- Inclusão de 3 postos de Trabalho na carreira/categoria de Encarregado Operacional;**
- Inclusão de 13 postos de Trabalho na carreira/categoria de Auxiliar de Ação Educativa.**

Da conclusão do processo de provimento dos cargos dirigentes que se encontram em regime de gestão corrente e regime de substituição, resulta a extinção de 3 cargos de Direção Intermédia de 1º nível, 13 cargos de Direção Intermédia de 2º nível e 1 cargo de Direção Intermédia de 3º Grau.

A alteração ao Mapa de Pessoal consagra 1906 postos de trabalho dos quais, 1754 estão preenchidos.

Nestes termos e ao abrigo do disposto na alínea o), do nº 1, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da alínea a), do nº 2, do artigo 3º, do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro e em consideração da Lei nº 35/2014, de 20 de junho, a Assembleia Municipal de Almada aprova a alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2015 dos Serviços Municipais, nos precisos termos da deliberação camarária de 17 de junho de 2015.



6.3 - Entrou-se no terceiro ponto da ordem do dia com a apreciação e votação da Proposta Nº 96/XI-2º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 17/06/2015, sobre “Documento de Prestação de Contas - Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo Público Municipal, referentes ao ano de 2014”, considerando-se também o Relatório e a Certificação Legal das Contas relativas ao Município de Almada apresentado pelos Revisores Oficiais de Contas, (**Conforme Anexos XXVI e XXVII**).

6.3.1 - Para apresentação da referida Proposta usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.3.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo Municipal referentes a 2014 referem-se à consolidação das contas da Câmara Municipal, dos SMAS, da ECALMA e este ano de acordo com a legislação atualmente em vigor incorpora também as contas das Agências.

Todos estes instrumentos já foram submetidos também à consideração, pelo menos naquilo que corresponde aos elementos essenciais e portanto está à consideração dos Srs. Deputados.

Também no que diz respeito à Certificação Legal de Contas Consolidadas pelo POC, também se verifica que é opinião que a informação constante do Relatório de Gestão Consolidada concordando com as Demonstrações Financeiras do Exercício, portanto é a conclusão que também nos é trazida.”

6.3.2 - Não havendo pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta Nº 96/XI-2º, que foi aprovada por maioria com dezoito votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreira; Laranjeiro e Feijó) e dezassete abstenções (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do BE, do CDS-PP, do PAN e Ind.), através da seguinte deliberação:

Deliberação

Considerando que na Sessão Plenária referente ao mês de abril de 2015 e por proposta da Câmara Municipal, foram aprovados pela Assembleia Municipal os Documentos de Prestação de Contas individuais do Município, cujas deliberações foram publicitadas através dos Editais nºs 314 a 317/XI-2º.

Considerando que o Grupo Municipal de Almada integra a Câmara Municipal de Almada - CMA, os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento - SMAS, a Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada - ECALMA, a Agência Municipal de Energia de Almada - AGENEAL, a Agência de Desenvolvimento Local - ARRIBATEJO e a Agência de Desenvolvimento Local - NOVALMADAVELHA.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Considerando que a Câmara Municipal apresenta e submete à apreciação da Assembleia Municipal as demonstrações financeiras consolidadas do Município de Almada referentes a 2014.

Considerando também o Relatório e a Certificação Legal das Contas relativas ao Município de Almada apresentado pelos Revisores Oficiais de Contas.

Assim e ao abrigo, nos termos e para os efeitos da alínea I), do nº 2, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova o Relatório de Gestão do Grupo Consolidado Municipal de Almada e respetivas Contas Consolidadas - Demonstrações Financeiras Consolidadas, nos precisos termos da deliberação camarária de 17 de junho de 2015.

6.4 - Entrou-se no quarto ponto da ordem do dia com a apreciação e votação da Proposta Nº 97/XI-2º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 17/06/2015, sobre “Legalização da prática naturista na Praia da Adiça”, (**Conforme Anexo XXVIII**).

6.4.1 - Para apresentação da referida Proposta usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.4.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Também os Srs. Deputados conhecem a Proposta, ela resulta de um pedido da Federação Portuguesa de Naturismo para a legalização da prática naturista na praia da Adiça. Foi recolhido o parecer fundamentado da Entidade Regional de Turismo que se pronunciou positivamente e não havendo qualquer objeção a apontar da parte da Câmara Municipal, foi submetida a votação da Câmara e naturalmente sendo competência da Assembleia Municipal sob proposta da Câmara para essa autorização é por isso que essa proposta aqui vem.”

6.4.2 - Não havendo pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta Nº 97/XI-2º, que foi aprovada por maioria com trinta e cinco votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do BE e do PAN), um voto contra (do eleito do CDS-PP) e uma abstenção (da Deputada Ind.), através da seguinte deliberação:

Deliberação

Considerando que a Praia da Adiça, localizada a sul da Fonte da Telha, é uma das praias, designada de uso e costume, onde a prática naturista se desenvolve há pelo menos trinta anos.

Em Portugal existem sete praias legalizadas para a prática do naturismo, sendo uma delas a praia da Bela Vista, na Costa da Caparica e Concelho de Almada.



A prática naturista é respeitadora do meio ambiente, assumindo-se como potenciadora da vivência harmoniosa com a natureza, favorecendo a autoestima, o respeito pelos outros e pelo ambiente.

Acresce que é uma prática em crescimento em todo o mundo sendo mais difundida e possuindo oferta qualificada em França, Alemanha, Espanha, Áustria, Holanda, Suécia, Estados Unidos da América e Brasil apresentando-se como um nicho a considerar ao nível da atividade turística.

A prática do naturismo em Portugal está contemplada através da Lei nº 53/2010, de 20 de dezembro, que define no seu artigo 1º o naturismo como o conjunto das práticas de vida em que é utilizado o nudismo como forma de desenvolvimento da saúde física e mental dos cidadãos, através da sua plena integração na natureza.

Determina ainda a referida lei que a autorização de espaços de naturismo compete às assembleias municipais sob proposta das respetivas câmaras municipais.

Considerando assim a proposta da Câmara Municipal de Almada submetida à apreciação da Assembleia Municipal para a legalização da prática naturista na praia da Adiça.

Considerando também o pedido da Federação Portuguesa de Naturismo, para a legalização da prática naturista na referida praia da Adiça.

Considerando o parecer positivo da Entidade Regional de Turismo.

Nestes termos, ao abrigo e em cumprimento e para os efeitos do artigo 3º, nº 1, da Lei nº 53/2010, de 20 de dezembro, a Assembleia Municipal de Almada delibera aprovar a Proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião camarária de 17 de junho de 2015, autorizando o uso da praia da Adiça - Freguesia da Costa da Caparica e Concelho de Almada como espaço de naturismo.

6.5 - Entrou-se nos pontos 3.5 e 3.6 da agenda com a apreciação e votação das Propostas Nºs 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116 e 117/XI-2º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovadas em reunião camarária de 18/06/2015, sobre “Designação de Júris para Concursos de provimento para Cargos de Direção Intermédia de 1º e 2º Graus para Diretor do Departamento de Comunicação (DCOM); Diretor do Departamento de Energia, Clima, Ambiente e Mobilidade (DECAM); Diretor do Departamento de Intervenção Social e Habitação (DISH); Diretor do Departamento de Planeamento Urbanístico e Desenvolvimento Económico (DPUDE); Diretor do Departamento de Rede Viária, Manutenção, Logística e Transportes (DRVMLT); Chefe de Divisão de Arquivo e Bibliotecas (DAB); Chefe de Divisão de Equipamentos Culturais (DEC); Chefe de Divisão de Estudos, Gestão Ambiental e Energia (DEGAE); Chefe de Divisão de Estudos e Planeamento (DEP); Chefe de Divisão de Fiscalização Municipal (DFM); Chefe de Divisão de Gestão e Administração Urbanística 1 (DGAU1); Chefe de Divisão de Gestão e Administração Urbanística 2 (DGAU 2); Chefe de Divisão de Infraestruturas Viárias e Iluminação Pública



(DIVIP); Chefe de Divisão de Museus e História Local (DMHL); Chefe de Divisão de Mobilidade Urbana (DMU); Chefe de Divisão de Parques Urbanos (DPUR); Chefe de Divisão de Qualificação de Mercados e Serviços Urbanos (DQMSU); Chefe de Divisão de Relações Públicas, Protocolo e Programação Municipal (DRPPPM); Chefe de Divisão de Reabilitação e Revitalização Urbana e Espaço Público (DRUEP); Chefe de Divisão de Transportes e Manutenção (DTM)”, respetivamente, (**Conforme Anexos XXIX, XXX, XXXI, XXXII, XXXIII, XXXIV, XXXV, XXXVI, XXXVII, XXXVIII, XXXIX, XL, XLI, XLII, XLIII, XLIV, XLV, XLVI, XLVII e XLVIII**).

6.5.1 - Usaram da palavra o Sr. Deputado Municipal Nuno Matias e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.5.1.1 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente, não tem a ver sequer com o juízo de valor que eu faço, ou que fazemos em relação à defesa da Proposta, é só para percebermos, e penso que faz sentido que toda a Assembleia fique com a consciência do que o levou à construção deste tipo de júris. Ou seja, quando nós vemos aqui as propostas, nem sequer me passa pela cabeça por em questão quem quer que seja, mas vemos ao longo dos júris que há sempre um representante do júri que é um dirigente de uma outra autarquia. Ou seja, temos aqui Palmela, temos Seixal, Setúbal, Barreiro, penso que são estas e Moita. Qual é a lógica que levou a este tipo de estruturação dos júris, sem qualquer tipo de juízo de valor, não acho que se faça questão de fazê-lo, mas só para perceber a lógica.”

6.5.1.2 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Era permitir dar mais alguma independência ao júri na sua avaliação, podendo ter um elemento que não fosse da casa, por assim dizer. Foi essa a preocupação.

Em relação à composição do júri. O júri procurou ter os diretores municipais quando se tratar dos diretores de departamento, dois diretores municipais, sendo que um é o da área, sendo os chefes de divisão o diretor municipal da divisão, um diretor de departamento também da mesma direção municipal e depois uma outra pessoa. Foi esta a preocupação. Procurou-se em todos os casos que fossem dirigentes, pessoas que tivessem mérito reconhecido, já elas próprias submetidas a concurso e à avaliação.”

6.5.2 - Não havendo mais pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação das Propostas N^{os} 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116 e 117/XI-2^o, por voto secreto, pelo que se procedeu à distribuição dos boletins de voto e realizou-se a chamada, tendo os Srs. Deputados presentes exercido o seu direito de voto.

6.5.3 - Findas as votações os Srs. Deputados Secretários da Mesa procederam ao escrutínio.



6.5.4 - O Presidente anunciou que exerceram o direito de voto 38 eleitos, registando-se o mesmo e seguinte resultado: Votos Sim - dezanove; Votos Não - zero; Abstenções - quinze e votos Branco - quatro, através das seguintes deliberações:

6.5.4.1 - _____ **Deliberação**

A Assembleia Municipal de Almada por proposta da Câmara Municipal aprovou, na reunião plenária realizada no passado dia 27 de fevereiro de 2015, a Organização dos Serviços Municipais, segundo o modelo de Estrutura Orgânica Hierarquizada, assim como aprovou o Regulamento de Organização dos Serviços respetivos.

A referida deliberação da Assembleia Municipal foi publicitada através do Edital nº 285/XI-2º/2014-15 e publicada no Diário da República nº 47, 2ª Série, de 9 de março de 2015.

A deliberação tomada teve em consideração o enquadramento legal, nomeadamente o Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro que estabelece o regime jurídico da organização, estrutura e o funcionamento dos serviços da administração autárquica, o artigo 21º, nº 4, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, que procede à adaptação à administração local da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, com a redação dada pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado.

A fim de garantir a cabal prossecução das atividades, atribuições e competências constitucionais e legalmente atribuídas ao Município, impõe-se promover o recrutamento dos cargos dirigentes.

Considerando que a Câmara Municipal submete à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos legais, a Proposta de composição do júri para o procedimento concursal de provimento do cargo de Diretor do Departamento de Comunicação (DCOM).

Nestes termos, ao abrigo e em cumprimento do artigo 13º, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, e do artigo 25º, nº 1, alínea m), e nº 2, alínea k), do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Proposta da Câmara, aprovada na reunião camarária de 18 de junho de 2015, designando para o Procedimento Concursal de Provimento do Cargo de Diretor do Departamento de Comunicação (DCOM), o seguinte júri:

Presidente - Dr.ª Joana Pereira, Diretora Municipal da Direção Municipal de Desenvolvimento Social Integrado da Câmara Municipal de Almada

Vogal efetivo - Dr. Pedro Filipe, Diretor Municipal da Direção Municipal de Administração Geral e Finanças da Câmara Municipal de Almada

Vogal efetivo - Dr. José Mendes, Chefe da Divisão de Cultura, Comunicação e Turismo, em regime de substituição, da Câmara Municipal de Palmela



Vogal suplente - Dr.^a Ana Isabel Ribeiro, Diretora do Centro de Arte Contemporânea da Câmara Municipal de Almada

Vogal suplente - Dr. Armando Correia, Diretor do Departamento da Cultura da Câmara Municipal de Almada

6.5.4.2 - _____ Deliberação

Nos termos e para os efeitos do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, que estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, no seu artigo 21º, nº 4, que procede à adaptação à administração local da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, com a redação dada pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro e do artigo 25º, nº 1, alínea m), do Anexo I a que se refere o nº 2, do artigo 1º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e por iniciativa da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal na reunião plenária realizada no dia 27 de fevereiro de 2015, aprovou a Organização dos Serviços Municipais, segundo o modelo de estrutura orgânica hierarquizada, bem como aprovou o Regulamento de Organização dos Serviços.

A nível do Município a deliberação da Assembleia foi publicitada através do Edital nº 285/XI-2º/2014-15 e foi publicada no Diário da República nº 47, 2ª Série, de 9 de março de 2015.

Para implementação da referida estrutura orgânica a fim de garantir a cabal prossecução das atividades, atribuições e competências cometidas ao Município, a Câmara Municipal, submete à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos legais, a proposta de composição do júri para o procedimento concursal para provimento do Cargo de Diretor do Departamento de Energia, Clima, Ambiente e Mobilidade (DECAM).

Nestes termos, ao abrigo e em cumprimento do artigo 13º, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, e do artigo 25º, nº 1, alínea m), e nº 2, alínea k), do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Proposta da Câmara, aprovada na reunião camarária de 18 de junho de 2015, designando para o Procedimento Concursal de Provimento do Cargo de Diretor do Departamento de Energia, Clima, Ambiente e Mobilidade (DECAM), o seguinte júri:

Presidente - Eng.º Carlos Marques, Diretor Municipal da Direção Municipal de Ambiente, Mobilidade, Energia e Valorização Urbana da Câmara Municipal de Almada

Vogal efetivo - Arq. Veríssimo Paulo, Diretor Municipal da Direção Municipal de Obras, Planeamento, Administração do Território e Desenvolvimento Económico da Câmara Municipal de Almada

Vogal efetivo - Eng.º José Charneira, Diretor de Ambiente e Serviços Urbanos da Câmara Municipal do Seixal



Vogal suplente - Eng.º Manuel Laranjeira, Diretor do Departamento de Obras Municipais da Câmara Municipal de Almada

Vogal suplente - Eng.ª Olinda Martins, Diretora do Departamento de Salubridade e Espaços Verdes, em regime de substituição, da Câmara Municipal de Almada

6.5.4.3 - Deliberação

A Assembleia Municipal de Almada por proposta da Câmara Municipal aprovou, na reunião plenária realizada no passado dia 27 de fevereiro de 2015, a Organização dos Serviços Municipais, segundo o modelo de Estrutura Orgânica Hierarquizada, assim como aprovou o Regulamento de Organização dos Serviços respetivos.

A referida deliberação da Assembleia Municipal foi publicitada através do Edital nº 285/XI-2º/2014-15 e publicada no Diário da República nº 47, 2ª Série, de 9 de março de 2015.

A deliberação tomada teve em consideração o enquadramento legal, nomeadamente o Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro que estabelece o regime jurídico da organização, estrutura e o funcionamento dos serviços da administração autárquica, o artigo 21º, nº 4, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, que procede à adaptação à administração local da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, com a redação dada pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado.

A fim de garantir a cabal prossecução das atividades, atribuições e competências constitucionais e legalmente atribuídas ao Município, impõe-se promover o recrutamento dos cargos dirigentes.

Considerando que a Câmara Municipal submete à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos legais, a Proposta de composição do júri para o procedimento concursal de provimento do cargo de Diretor do Departamento de Intervenção Social e Habitação (DISH).

Nestes termos, ao abrigo e em cumprimento do artigo 13º, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, e do artigo 25º, nº 1, alínea m), e nº 2, alínea k), do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Proposta da Câmara, aprovada na reunião camarária de 18 de junho 2015, designando para o Procedimento Concursal de Provimento do Cargo de Diretor do Departamento de Intervenção Social e Habitação, o seguinte júri:

Presidente - Dr.ª Joana Pereira, Diretora Municipal da Direção Municipal de Desenvolvimento Social Integrado da Câmara Municipal de Almada

Vogal efetivo - Dr.ª Maria Helena Santos, Diretora do Departamento de Assuntos Sociais e Cultura da Câmara Municipal da Moita



Vogal efetivo - Dr.ª Manuel Molha, Diretora do Departamento de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Almada

Vogal suplente - Dr.ª Paula Sousa, Diretora do Departamento de Educação e Juventude da Câmara Municipal de Almada

Vogal suplente - Dr.ª Ana Curto, Diretora do Serviço de Saúde Ocupacional da Câmara Municipal de Almada

6.5.4.4 - Deliberação

Nos termos e para os efeitos do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, que estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, no seu artigo 21º, nº 4, que procede à adaptação à administração local da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, com a redação dada pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro e do artigo 25º, nº 1, alínea m), do Anexo I a que se refere o nº 2, do artigo 1º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e por iniciativa da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal na reunião plenária realizada no dia 27 de fevereiro de 2015, aprovou a Organização dos Serviços Municipais, segundo o modelo de estrutura orgânica hierarquizada, bem como aprovou o Regulamento de Organização dos Serviços.

A nível do Município a deliberação da Assembleia foi publicitada através do Edital nº 285/XI-2º/2014-15 e foi publicada no Diário da República nº 47, 2ª Série, de 9 de março de 2015.

Para implementação da referida estrutura orgânica a fim de garantir a cabal prossecução das atividades, atribuições e competências cometidas ao Município, a Câmara Municipal, submete à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos legais, a proposta de composição do júri para o procedimento concursal para provimento do Cargo de Diretor do Departamento de Planeamento Urbanístico e Desenvolvimento Económico (DPUDE).

Nestes termos, ao abrigo e em cumprimento do artigo 13º, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, e do artigo 25º, nº 1, alínea m), e nº 2, alínea k), do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Proposta da Câmara, aprovada na reunião camarária de 18 de junho de 2015, designando para o Procedimento Concursal de Provimento do Cargo de Diretor do Departamento de Planeamento Urbanístico e Desenvolvimento Económico (DPUDE), o seguinte júri:

Presidente - Arq. Veríssimo Paulo, Diretor Municipal da Direção Municipal de Obras, Planeamento, Administração do Território e Desenvolvimento Económico da Câmara Municipal de Almada

Vogal efetivo - Dr. Pedro Filipe, Diretor Municipal da Direção Municipal de Administração Geral e Finanças da Câmara Municipal de Almada



Vogal efetivo - Arq.^a Ana Rita Carvalho, Diretora do Departamento de Urbanismo da Câmara Municipal de Setúbal

Vogal suplente - Eng.^o Manuel Laranjeira, Diretor do Departamento de Obras Municipais da Câmara Municipal de Almada

Vogal suplente - Dr.^a Manuel Molha, Diretora do Departamento de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Almada

6.5.4.5 - Deliberação

A Assembleia Municipal de Almada por proposta da Câmara Municipal aprovou, na reunião plenária realizada no passado dia 27 de fevereiro de 2015, a Organização dos Serviços Municipais, segundo o modelo de Estrutura Orgânica Hierarquizada, assim como aprovou o Regulamento de Organização dos Serviços respetivos.

A referida deliberação da Assembleia Municipal foi publicitada através do Edital nº 285/XI-2º/2014-15 e publicada no Diário da República nº 47, 2ª Série, de 9 de março de 2015.

A deliberação tomada teve em consideração o enquadramento legal, nomeadamente o Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro que estabelece o regime jurídico da organização, estrutura e o funcionamento dos serviços da administração autárquica, o artigo 21º, nº 4, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, que procede à adaptação à administração local da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, com a redação dada pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado.

A fim de garantir a cabal prossecução das atividades, atribuições e competências constitucionais e legalmente atribuídas ao Município, impõe-se promover o recrutamento dos cargos dirigentes.

Considerando que a Câmara Municipal submete à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos legais, a Proposta de composição do júri para o procedimento concursal de provimento do cargo de Diretor do Departamento de Rede Viária, Manutenção, Logística e Transportes (DRVMLT).

Nestes termos, ao abrigo e em cumprimento do artigo 13º, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, e do artigo 25º, nº 1, alínea m), e nº 2, alínea k), do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Proposta da Câmara, aprovada na reunião camarária de 18 de junho de 2015, designando para o Procedimento Concursal de Provimento do Cargo de Diretor do Departamento de Rede Viária, Manutenção, Logística e Transportes (DRVMLT), o seguinte júri:

Presidente - Eng.^o Carlos Marques, Diretor Municipal da Direção Municipal de Ambiente, Mobilidade, Energia e Valorização Urbana da Câmara Municipal de Almada



Vogal efetivo - Dr.ª Manuela Molha, Diretora de Departamento de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Almada

Vogal efetivo - Eng.º Jorge Didelet, Diretor de Departamento de Obras, Equipamentos e Espaço Público da Câmara Municipal do Seixal

Vogal suplente - Eng.º Manuel Laranjeira, Diretor do Departamento de Obras Municipais da Câmara Municipal de Almada

Vogal suplente - Dr.ª Ana Curto, Diretora do Serviço de Saúde Ocupacional da Câmara Municipal de Almada

6.5.4.6 -

Deliberação

Nos termos e para os efeitos do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, que estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, no seu artigo 21º, nº 4, que procede à adaptação à administração local da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, com a redação dada pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro e do artigo 25º, nº 1, alínea m), do Anexo I a que se refere o nº 2, do artigo 1º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e por iniciativa da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal na reunião plenária realizada no dia 27 de fevereiro de 2015, aprovou a Organização dos Serviços Municipais, segundo o modelo de estrutura orgânica hierarquizada, bem como aprovou o Regulamento de Organização dos Serviços.

A nível do Município a deliberação da Assembleia foi publicitada através do Edital nº 285/XI-2º/2014-15 e foi publicada no Diário da República nº 47, 2ª Série, de 9 de março de 2015.

Para implementação da referida estrutura orgânica a fim de garantir a cabal prossecução das atividades, atribuições e competências cometidas ao Município, a Câmara Municipal, submete à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos legais, a proposta de composição do júri para o procedimento concursal para provimento do Cargo de Chefe de Divisão de Arquivo e Bibliotecas (DAB).

Nestes termos, ao abrigo e em cumprimento do artigo 13º, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, e do artigo 25º, nº 1, alínea m), e nº 2, alínea k), do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Proposta da Câmara, aprovada na reunião camarária de 18 de junho de 2015, designando para o Procedimento Concursal de Provimento do Cargo de Chefe de Divisão de Arquivo e Bibliotecas (DAB), o seguinte júri:

Presidente - Dr.ª Joana Pereira, Diretora Municipal da Direção Municipal de Desenvolvimento Social Integrado da Câmara Municipal de Almada



Vogal efetivo - Dr. Pedro Filipe, Diretor Municipal da Direção Municipal de Administração Geral e Finanças da Câmara Municipal de Almada

Vogal efetivo - Dr.ª Ana Cristina Silva, Diretora de Departamento de Educação, Cultura e Juventude da Câmara Municipal do Seixal

Vogal suplente - Dr. Armando Correia, Diretor do Departamento da Cultura da Câmara Municipal de Almada

Vogal suplente - Dr.ª Rosália Lourenço, Chefe de Divisão Administrativa da Câmara Municipal de Almada

6.5.4.7 -

Deliberação

A Assembleia Municipal de Almada por proposta da Câmara Municipal aprovou, na reunião plenária realizada no passado dia 27 de fevereiro de 2015, a Organização dos Serviços Municipais, segundo o modelo de Estrutura Orgânica Hierarquizada, assim como aprovou o Regulamento de Organização dos Serviços respetivos.

A referida deliberação da Assembleia Municipal foi publicitada através do Edital nº 285/XI-2º/2014-15 e publicada no Diário da República nº 47, 2ª Série, de 9 de março de 2015.

A deliberação tomada teve em consideração o enquadramento legal, nomeadamente o Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro que estabelece o regime jurídico da organização, estrutura e o funcionamento dos serviços da administração autárquica, o artigo 21º, nº 4, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, que procede à adaptação à administração local da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, com a redação dada pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado.

A fim de garantir a cabal prossecução das atividades, atribuições e competências constitucionais e legalmente atribuídas ao Município, impõe-se promover o recrutamento dos cargos dirigentes.

Considerando que a Câmara Municipal submete à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos legais, a Proposta de composição do júri para o procedimento concursal de provimento do cargo de Chefe da Divisão de Equipamentos Culturais (DEC).

Nestes termos, ao abrigo e em cumprimento do artigo 13º, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, e do artigo 25º, nº 1, alínea m), e nº 2, alínea k), do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Proposta da Câmara, aprovada na reunião camarária de 18 de junho de 2015, designando para o Procedimento Concursal de Provimento do Cargo de Chefe da Divisão de Equipamentos Culturais (DEC), o seguinte júri:

Presidente - Dr.ª Joana Pereira, Diretora Municipal da Direção Municipal de Desenvolvimento Social Integrado da Câmara Municipal de Almada



Vogal efetivo - Dr. Pedro Filipe, Diretor Municipal da Direção Municipal de Administração Geral e Finanças da Câmara Municipal de Almada

Vogal efetivo - Dr.ª Lúgia Carvalho, Chefe de Divisão de Assuntos Sociais da Câmara Municipal da Moita

Vogal suplente - Dr.ª Paula Sousa, Diretora do Departamento de Educação e Juventude da Câmara Municipal de Almada

Vogal suplente - Dr.ª Maria João Tomé, Chefe da Divisão de Equipamentos e Recursos Educativos da Câmara Municipal de Almada

6.5.4.8 -

Deliberação

Nos termos e para os efeitos do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, que estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, no seu artigo 21º, nº 4, que procede à adaptação à administração local da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, com a redação dada pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro e do artigo 25º, nº 1, alínea m), do Anexo I a que se refere o nº 2, do artigo 1º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e por iniciativa da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal na reunião plenária realizada no dia 27 de fevereiro de 2015, aprovou a Organização dos Serviços Municipais, segundo o modelo de estrutura orgânica hierarquizada, bem como aprovou o Regulamento de Organização dos Serviços.

A nível do Município a deliberação da Assembleia foi publicitada através do Edital nº 285/XI-2º/2014-15 e foi publicada no Diário da República nº 47, 2ª Série, de 9 de março de 2015.

Para implementação da referida estrutura orgânica a fim de garantir a cabal prossecução das atividades, atribuições e competências cometidas ao Município, a Câmara Municipal, submete à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos legais, a proposta de composição do júri para o procedimento concursal para provimento do Cargo de Chefe de Divisão de Estudos, Gestão Ambiental e Energia (DEGAE).

Nestes termos, ao abrigo e em cumprimento do artigo 13º, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, e do artigo 25º, nº 1, alínea m), e nº 2, alínea k), do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Proposta da Câmara, aprovada na reunião camarária de 18 de junho de 2015, designando para o Procedimento Concursal de Provimento do Cargo de Chefe de Divisão de Estudos, Gestão Ambiental e Energia (DEGAE), o seguinte júri:

Presidente - Eng.º Carlos Marques, Diretor Municipal da Direção Municipal de Ambiente, Mobilidade, Energia e Valorização Urbana da Câmara Municipal de Almada



Vogal efetivo - Dr. Pedro Filipe, Diretor Municipal da Direção Municipal de Administração Geral e Finanças da Câmara Municipal de Almada

Vogal efetivo - Eng.º Alexandre Freire, Chefe da Divisão de Higiene Urbana da Câmara Municipal de Setúbal

Vogal suplente - Eng.ª Deolinda Ataíde, Chefe da Divisão de Educação e Sensibilização Ambiental da Câmara Municipal de Almada

Vogal suplente - Arq.ª Cristina Fonseca, Chefe da Divisão de Espaços Verdes da Câmara Municipal de Almada

6.5.4.9 -

Deliberação

A Assembleia Municipal de Almada por proposta da Câmara Municipal aprovou, na reunião plenária realizada no passado dia 27 de fevereiro de 2015, a Organização dos Serviços Municipais, segundo o modelo de Estrutura Orgânica Hierarquizada, assim como aprovou o Regulamento de Organização dos Serviços respetivos.

A referida deliberação da Assembleia Municipal foi publicitada através do Edital nº 285/XI-2º/2014-15 e publicada no Diário da República nº 47, 2ª Série, de 9 de março de 2015.

A deliberação tomada teve em consideração o enquadramento legal, nomeadamente o Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro que estabelece o regime jurídico da organização, estrutura e o funcionamento dos serviços da administração autárquica, o artigo 21º, nº 4, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, que procede à adaptação à administração local da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, com a redação dada pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado.

A fim de garantir a cabal prossecução das atividades, atribuições e competências constitucionais e legalmente atribuídas ao Município, impõe-se promover o recrutamento dos cargos dirigentes.

Considerando que a Câmara Municipal submete à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos legais, a Proposta de composição do júri para o procedimento concursal de provimento do cargo de Chefe da Divisão de Estudos e Planeamento (DEP).

Nestes termos, ao abrigo e em cumprimento do artigo 13º, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, e do artigo 25º, nº 1, alínea m), e nº 2, alínea k), do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Proposta da Câmara, aprovada na reunião camarária de 18 de junho de 2015, designando para o Procedimento Concursal de Provimento do Cargo de Chefe da Divisão de Estudos e Planeamento (DEP), o seguinte júri:



Presidente - Arq.º Veríssimo Paulo, Diretor Municipal da Direção Municipal de Obras, Planeamento, Administração do Território e Desenvolvimento Económico da Câmara Municipal de Almada

Vogal efetivo - Dr.ª Fernanda Marques, Diretora do Departamento de Desenvolvimento Local da Câmara Municipal de Almada

Vogal efetivo - Arq.ª Ana Rita Carvalho, Diretora do Departamento de Urbanismo da Câmara Municipal de Setúbal

Vogal suplente - Eng.º Cesário Fonseca, Chefe da Divisão de Obras da Câmara Municipal de Almada

Vogal suplente - Eng.º José Ceia, Técnico Superior do Serviço de Assessoria e Sistemas de Gestão e Inovação dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada

6.5.4.10 -

Deliberação

Nos termos e para os efeitos do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, que estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, no seu artigo 21º, nº 4, que procede à adaptação à administração local da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, com a redação dada pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro e do artigo 25º, nº 1, alínea m), do Anexo I a que se refere o nº 2, do artigo 1º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e por iniciativa da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal na reunião plenária realizada no dia 27 de fevereiro de 2015, aprovou a Organização dos Serviços Municipais, segundo o modelo de estrutura orgânica hierarquizada, bem como aprovou o Regulamento de Organização dos Serviços.

A nível do Município a deliberação da Assembleia foi publicitada através do Edital nº 285/XI-2º/2014-15 e foi publicada no Diário da República nº 47, 2ª Série, de 9 de março de 2015.

Para implementação da referida estrutura orgânica a fim de garantir a cabal prossecução das atividades, atribuições e competências cometidas ao Município, a Câmara Municipal, submete à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos legais, a proposta de composição do júri para o procedimento concursal para provimento do Cargo de Chefe de Divisão de Fiscalização Municipal (DFM).

Nestes termos, ao abrigo e em cumprimento do artigo 13º, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, e do artigo 25º, nº 1, alínea m), e nº 2, alínea k), do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Proposta da Câmara, aprovada na reunião camarária de 18 de junho de 2015, designando para o Procedimento



Concursal de Provimento do Cargo de Chefe de Divisão de Fiscalização Municipal (DFM), o seguinte júri:

Presidente - Dr. Pedro Filipe, Diretor Municipal da Direção Municipal de Administração Geral e Finanças da Câmara Municipal de Almada

Vogal efetivo - Arq.º Veríssimo Paulo, Diretor Municipal da Direção Municipal de Obras, Planeamento, Administração do Território e Desenvolvimento Económico da Câmara Municipal de Almada

Vogal efetivo - Dr. Simão Neves, Dirigente Intermédio de 3º Grau do Gabinete Jurídico e de Fiscalização, em regime de substituição, da Câmara Municipal de Palmela

Vogal suplente - Dr.ª Aida Duarte, Chefe da Divisão Técnica Administrativa da Câmara Municipal de Almada

Vogal suplente - Dr. João Patrício, Chefe da Divisão de Património da Câmara Municipal de Almada

6.5.4.11 -

Deliberação

A Assembleia Municipal de Almada por proposta da Câmara Municipal aprovou, na reunião plenária realizada no passado dia 27 de fevereiro de 2015, a Organização dos Serviços Municipais, segundo o modelo de Estrutura Orgânica Hierarquizada, assim como aprovou o Regulamento de Organização dos Serviços respetivos.

A referida deliberação da Assembleia Municipal foi publicitada através do Edital nº 285/XI-2º/2014-15 e publicada no Diário da República nº 47, 2ª Série, de 9 de março de 2015.

A deliberação tomada teve em consideração o enquadramento legal, nomeadamente o Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro que estabelece o regime jurídico da organização, estrutura e o funcionamento dos serviços da administração autárquica, o artigo 21º, nº 4, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, que procede à adaptação à administração local da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, com a redação dada pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado.

A fim de garantir a cabal prossecução das atividades, atribuições e competências constitucionais e legalmente atribuídas ao Município, impõe-se promover o recrutamento dos cargos dirigentes.

Considerando que a Câmara Municipal submete à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos legais, a Proposta de composição do júri para o procedimento concursal de provimento do cargo de Chefe da Divisão de Gestão e Administração Urbanística 1 (DGAU 1).

Nestes termos, ao abrigo e em cumprimento do artigo 13º, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, e do artigo 25º, nº 1, alínea m), e nº 2, alínea k), do Anexo I à Lei nº 75/2013, de



12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Proposta da Câmara, aprovada na reunião camarária de 18 de junho de 2015, designando para o Procedimento Concursal de Provimento do Cargo de Chefe da Divisão de Gestão e Administração Urbanística 1 (DGAU1), o seguinte júri:

Presidente - Arq.º Veríssimo Paulo, Diretor Municipal da Direção Municipal de Obras, Planeamento, Administração do Território e Desenvolvimento Económico da Câmara Municipal de Almada

Vogal efetivo - Arq.º Carlos Dias, Diretor do Departamento de Administração Urbanística da Câmara Municipal de Almada

Vogal efetivo - Arq.º Jorge Martinho, Chefe da Divisão da Administração Urbanística, em regime de substituição, da Câmara Municipal de Palmela

Vogal suplente - Dr. Júlio Espalha, Chefe da Divisão de Pessoal da Câmara Municipal de Almada

Vogal suplente - Eng.ª Maria José Brito, Chefe da Divisão de Projetos da Câmara Municipal de Almada

6.5.4.12 -

Deliberação

Nos termos e para os efeitos do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, que estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, no seu artigo 21º, nº 4, que procede à adaptação à administração local da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, com a redação dada pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro e do artigo 25º, nº 1, alínea m), do Anexo I a que se refere o nº 2, do artigo 1º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e por iniciativa da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal na reunião plenária realizada no dia 27 de fevereiro de 2015, aprovou a Organização dos Serviços Municipais, segundo o modelo de estrutura orgânica hierarquizada, bem como aprovou o Regulamento de Organização dos Serviços.

A nível do Município a deliberação da Assembleia foi publicitada através do Edital nº 285/XI-2º/2014-15 e foi publicada no Diário da República nº 47, 2ª Série, de 9 de março de 2015.

Para implementação da referida estrutura orgânica a fim de garantir a cabal prossecução das atividades, atribuições e competências cometidas ao Município, a Câmara Municipal, submete à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos legais, a proposta de composição do júri para o procedimento concursal para provimento do Cargo de Chefe de Divisão de Gestão e Administração Urbanística 2 (DGAU 2).

Nestes termos, ao abrigo e em cumprimento do artigo 13º, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, e do artigo 25º, nº 1, alínea m), e nº 2, alínea k), do Anexo I à Lei nº 75/2013, de



12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Proposta da Câmara, aprovada na reunião camarária de 18 de junho de 2015, designando para o Procedimento Concursal de Provimento do Cargo de Chefe de Divisão de Gestão e Administração Urbanística 2 (DGAU 2), o seguinte júri:

Presidente - Arq.º Veríssimo Paulo, Diretor Municipal da Direção Municipal de Obras, Planeamento, Administração do Território e Desenvolvimento Económico da Câmara Municipal de Almada

Vogal efetivo - Arq.º Carlos Dias, Diretor do Departamento de Administração Urbanística da Câmara Municipal de Almada

Vogal efetivo - Arq.º Luís Araújo, Chefe da Divisão de Gestão e Regeneração Urbana da Câmara Municipal do Barreiro

Vogal suplente - Dr. Júlio Espalha, Chefe da Divisão de Pessoal da Câmara Municipal de Almada

Vogal suplente - Eng.ª Maria José Brito, Chefe da Divisão de Projetos da Câmara Municipal de Almada

6.5.4.13 -

Deliberação

A Assembleia Municipal de Almada por proposta da Câmara Municipal aprovou, na reunião plenária realizada no passado dia 27 de fevereiro de 2015, a Organização dos Serviços Municipais, segundo o modelo de Estrutura Orgânica Hierarquizada, assim como aprovou o Regulamento de Organização dos Serviços respetivos.

A referida deliberação da Assembleia Municipal foi publicitada através do Edital nº 285/XI-2º/2014-15 e publicada no Diário da República nº 47, 2ª Série, de 9 de março de 2015.

A deliberação tomada teve em consideração o enquadramento legal, nomeadamente o Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro que estabelece o regime jurídico da organização, estrutura e o funcionamento dos serviços da administração autárquica, o artigo 21º, nº 4, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, que procede à adaptação à administração local da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, com a redação dada pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado.

A fim de garantir a cabal prossecução das atividades, atribuições e competências constitucionais e legalmente atribuídas ao Município, impõe-se promover o recrutamento dos cargos dirigentes.

Considerando que a Câmara Municipal submete à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos legais, a Proposta de composição do júri para o procedimento concursal de provimento do cargo de Chefe da Divisão de Infraestruturas Viárias e Iluminação Pública (DIVIP).



Nestes termos, ao abrigo e em cumprimento do artigo 13º, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, e do artigo 25º, nº 1, alínea m), e nº 2, alínea k), do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Proposta da Câmara, aprovada na reunião camarária de 18 de junho de 2015, designando para o Procedimento Concursal de Provimento do Cargo de Chefe da Divisão de Infraestruturas Viárias e Iluminação Pública (DIVIP), o seguinte júri:

Presidente - Eng.º Carlos Marques, Diretor Municipal da Direção Municipal de Ambiente, Mobilidade, Energia e Valorização Urbana da Câmara Municipal de Almada

Vogal efetivo - Dr. Júlio Espalha, Chefe da Divisão de Pessoal da Câmara Municipal de Almada

Vogal efetivo - Eng.ª Paula Branco, Chefe da Divisão de Obras e Oficinas da Câmara Municipal da Moita

Vogal suplente - Eng.ª Gertrudes Pedro, Chefe da Divisão de Manutenção e Logística da Câmara Municipal de Almada

Vogal suplente - Eng.ª Maria do Carmo Antão, Chefe da Divisão de Salubridade da Câmara Municipal de Almada

6.5.4.14 -

Deliberação

Nos termos e para os efeitos do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, que estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, no seu artigo 21º, nº 4, que procede à adaptação à administração local da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, com a redação dada pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro e do artigo 25º, nº 1, alínea m), do Anexo I a que se refere o nº 2, do artigo 1º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e por iniciativa da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal na reunião plenária realizada no dia 27 de fevereiro de 2015, aprovou a Organização dos Serviços Municipais, segundo o modelo de estrutura orgânica hierarquizada, bem como aprovou o Regulamento de Organização dos Serviços.

A nível do Município a deliberação da Assembleia foi publicitada através do Edital nº 285/XI-2º/2014-15 e foi publicada no Diário da República nº 47, 2ª Série, de 9 de março de 2015.

Para implementação da referida estrutura orgânica a fim de garantir a cabal prossecução das atividades, atribuições e competências cometidas ao Município, a Câmara Municipal, submete à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos legais, a proposta de composição do júri para o procedimento concursal para provimento do Cargo de Chefe de Divisão de Museus e História Local (DMHL).



Nestes termos, ao abrigo e em cumprimento do artigo 13º, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, e do artigo 25º, nº 1, alínea m), e nº 2, alínea k), do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Proposta da Câmara, aprovada na reunião camarária de 18 de junho de 2015, designando para o Procedimento Concursal de Provimento do Cargo de Chefe de Divisão de Museus e História Local (DMHL), o seguinte júri:

Presidente - Dr.ª Joana Pereira, Diretora Municipal da Direção Municipal de Desenvolvimento Social Integrado da Câmara Municipal de Almada

Vogal efetivo - Dr. Pedro Filipe, Diretor Municipal da Direção Municipal de Administração Geral e Finanças da Câmara Municipal de Almada

Vogal efetivo - Dr. José Mendes, Chefe da Divisão de Cultura, Comunicação e Turismo, em regime de substituição, da Câmara Municipal de Almada

Vogal suplente - Dr. Armando Correia, Diretor do Departamento da Cultura da Câmara Municipal de Almada

Vogal suplente - Dr.ª Ana Isabel Ribeiro, Diretora do Centro de Arte Contemporânea da Câmara Municipal de Almada

6.5.4.15 -

Deliberação

A Assembleia Municipal de Almada por proposta da Câmara Municipal aprovou, na reunião plenária realizada no passado dia 27 de fevereiro de 2015, a Organização dos Serviços Municipais, segundo o modelo de Estrutura Orgânica Hierarquizada, assim como aprovou o Regulamento de Organização dos Serviços respetivos.

A referida deliberação da Assembleia Municipal foi publicitada através do Edital nº 285/XI-2º/2014-15 e publicada no Diário da República nº 47, 2ª Série, de 9 de março de 2015.

A deliberação tomada teve em consideração o enquadramento legal, nomeadamente o Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro que estabelece o regime jurídico da organização, estrutura e o funcionamento dos serviços da administração autárquica, o artigo 21º, nº 4, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, que procede à adaptação à administração local da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, com a redação dada pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado.

A fim de garantir a cabal prossecução das atividades, atribuições e competências constitucionais e legalmente atribuídas ao Município, impõe-se promover o recrutamento dos cargos dirigentes.

Considerando que a Câmara Municipal submete à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos legais, a Proposta de composição do júri para o procedimento concursal de provimento do cargo de Chefe da Divisão de Mobilidade Urbana (DMU).



Nestes termos, ao abrigo e em cumprimento do artigo 13º, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, e do artigo 25º, nº 1, alínea m), e nº 2, alínea k), do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Proposta da Câmara, aprovada na reunião camarária de 18 de junho de 2015, designando para o Procedimento Concursal de Provimento do Cargo de Chefe da Divisão de Mobilidade Urbana (DMU), o seguinte júri:

Presidente - Eng.º Carlos Marques, Diretor Municipal da Direção Municipal de Ambiente, Mobilidade, Energia e Valorização Urbana da Câmara Municipal de Almada

Vogal efetivo - Arq.º Veríssimo Paulo, Diretor Municipal da Direção Municipal de Obras, Planeamento, Administração do Território e Desenvolvimento Económico da Câmara Municipal de Almada

Vogal efetivo - Arq.º João Paulo Lopes, Chefe da Divisão de Planeamento, Ambiente e Mobilidade da Câmara Municipal do Barreiro

Vogal suplente - Eng.º Manuel Laranjeira, Diretor do Departamento de Obras Municipais da Câmara Municipal de Almada

Vogal suplente - Dr.ª Teresa Pereira, Chefe da Divisão de Ação Sociocultural da Câmara Municipal de Almada

6.5.4.16 -

Deliberação

Nos termos e para os efeitos do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, que estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, no seu artigo 21º, nº 4, que procede à adaptação à administração local da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, com a redação dada pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro e do artigo 25º, nº 1, alínea m), do Anexo I a que se refere o nº 2, do artigo 1º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e por iniciativa da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal na reunião plenária realizada no dia 27 de fevereiro de 2015, aprovou a Organização dos Serviços Municipais, segundo o modelo de estrutura orgânica hierarquizada, bem como aprovou o Regulamento de Organização dos Serviços.

A nível do Município a deliberação da Assembleia foi publicitada através do Edital nº 285/XI-2º/2014-15 e foi publicada no Diário da República nº 47, 2ª Série, de 9 de março de 2015.

Para implementação da referida estrutura orgânica a fim de garantir a cabal prossecução das atividades, atribuições e competências cometidas ao Município, a Câmara Municipal, submete à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos legais, a proposta de composição do júri para o procedimento concursal para provimento do Cargo de Chefe de Divisão de Parques Urbanos (DPUR).



Nestes termos, ao abrigo e em cumprimento do artigo 13º, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, e do artigo 25º, nº 1, alínea m), e nº 2, alínea k), do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Proposta da Câmara, aprovada na reunião camarária de 18 de junho de 2015, designando para o Procedimento Concursal de Provimento do Cargo de Chefe de Divisão de Parques Urbanos (DPUR), o seguinte júri:

Presidente - Eng.º Carlos Marques, Diretor Municipal da Direção Municipal de Ambiente, Mobilidade, Energia e Valorização Urbana da Câmara Municipal de Almada

Vogal efetivo - Dr.ª Manuela Molha, Diretora do Departamento de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Almada

Vogal efetivo - Eng.ª Ana Maria Correia, Chefe da Divisão de Intervenção no Espaço Público e Equipamentos Municipais da Câmara Municipal do Barreiro

Vogal suplente - Arq.ª Cristina Fonseca, Chefe da Divisão de Espaços Verdes da Câmara Municipal de Almada

Vogal suplente - Eng.ª Deolinda Ataíde, Chefe da Divisão de Educação e Sensibilização Ambiental da Câmara Municipal de Almada

6.5.4.17 -

Deliberação

A Assembleia Municipal de Almada por proposta da Câmara Municipal aprovou, na reunião plenária realizada no passado dia 27 de fevereiro de 2015, a Organização dos Serviços Municipais, segundo o modelo de Estrutura Orgânica Hierarquizada, assim como aprovou o Regulamento de Organização dos Serviços respetivos.

A referida deliberação da Assembleia Municipal foi publicitada através do Edital nº 285/XI-2º/2014-15 e publicada no Diário da República nº 47, 2ª Série, de 9 de março de 2015.

A deliberação tomada teve em consideração o enquadramento legal, nomeadamente o Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro que estabelece o regime jurídico da organização, estrutura e o funcionamento dos serviços da administração autárquica, o artigo 21º, nº 4, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, que procede à adaptação à administração local da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, com a redação dada pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado.

A fim de garantir a cabal prossecução das atividades, atribuições e competências constitucionais e legalmente atribuídas ao Município, impõe-se promover o recrutamento dos cargos dirigentes.

Considerando que a Câmara Municipal submete à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos legais, a Proposta de composição do júri para o procedimento concursal de



provimento do cargo de Chefe da Divisão de Qualificação de Mercados e Serviços Urbanos (DQMSU).

Nestes termos, ao abrigo e em cumprimento do artigo 13º, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, e do artigo 25º, nº 1, alínea m), e nº 2, alínea k), do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Proposta da Câmara, aprovada na reunião camarária de 18 de junho de 2015, designando para o Procedimento Concursal de Provimento do Cargo de Chefe da Divisão de Qualificação de Mercados e Serviços Urbanos (DQMSU), o seguinte júri:

Presidente - Dr. Pedro Filipe, Diretor Municipal da Direção Municipal de Administração Geral e Finanças da Câmara Municipal de Almada

Vogal efetivo - Dr.ª Rosália Lourenço, Chefe da Divisão Administrativa da Câmara Municipal de Almada

Vogal efetivo - Eng.ª Mariana André, Chefe da Divisão de Serviços Urbanos da Câmara Municipal da Moita

Vogal suplente - Dr. João Soares, Chefe da Divisão de Aprovisionamento da Câmara Municipal de Almada

Vogal suplente - Dr.ª Helena Lamelas, Chefe da Divisão Financeira da Câmara Municipal de Almada

6.5.4.18 -

Deliberação

Nos termos e para os efeitos do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, que estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, no seu artigo 21º, nº 4, que procede à adaptação à administração local da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, com a redação dada pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro e do artigo 25º, nº 1, alínea m), do Anexo I a que se refere o nº 2, do artigo 1º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e por iniciativa da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal na reunião plenária realizada no dia 27 de fevereiro de 2015, aprovou a Organização dos Serviços Municipais, segundo o modelo de estrutura orgânica hierarquizada, bem como aprovou o Regulamento de Organização dos Serviços.

A nível do Município a deliberação da Assembleia foi publicitada através do Edital nº 285/XI-2º/2014-15 e foi publicada no Diário da República nº 47, 2ª Série, de 9 de março de 2015.

Para implementação da referida estrutura orgânica a fim de garantir a cabal prossecução das atividades, atribuições e competências cometidas ao Município, a Câmara Municipal, submete à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos legais, a proposta de



composição do júri para o procedimento concursal para provimento do Cargo de Chefe de Divisão de Relações Públicas, Protocolo e Programação Municipal (DRPPPM).

Nestes termos, ao abrigo e em cumprimento do artigo 13º, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, e do artigo 25º, nº 1, alínea m), e nº 2, alínea k), do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Proposta da Câmara, aprovada na reunião camarária de 18 de junho de 2015, designando para o Procedimento Concursal de Provimento do Cargo de Chefe de Divisão de Relações Públicas, Protocolo e Programação Municipal (DRPPPM), o seguinte júri:

Presidente - Dr.ª Joana Pereira, Diretora Municipal da Direção Municipal de Desenvolvimento Social Integrado da Câmara Municipal de Almada

Vogal efetivo - Dr. Pedro Filipe, Diretor Municipal da Direção Municipal de Administração Geral e Finanças da Câmara Municipal de Almada

Vogal efetivo - Dr.ª Ana Cristina Silva, Diretora de Departamento de Educação, Cultura e Juventude da Câmara Municipal do Seixal

Vogal suplente - Dr.ª Sandra Guerreiro, Chefe da Divisão de Informação e Comunicação da Câmara Municipal de Almada

Vogal suplente - Dr.ª Teresa Pereira, Chefe da Divisão de Ação Sociocultural da Câmara Municipal de Almada

6.5.4.19 -

Deliberação

A Assembleia Municipal de Almada por proposta da Câmara Municipal aprovou, na reunião plenária realizada no passado dia 27 de fevereiro de 2015, a Organização dos Serviços Municipais, segundo o modelo de Estrutura Orgânica Hierarquizada, assim como aprovou o Regulamento de Organização dos Serviços respetivos.

A referida deliberação da Assembleia Municipal foi publicitada através do Edital nº 285/XI-2º/2014-15 e publicada no Diário da República nº 47, 2ª Série, de 9 de março de 2015.

A deliberação tomada teve em consideração o enquadramento legal, nomeadamente o Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro que estabelece o regime jurídico da organização, estrutura e o funcionamento dos serviços da administração autárquica, o artigo 21º, nº 4, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, que procede à adaptação à administração local da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, com a redação dada pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado.

A fim de garantir a cabal prossecução das atividades, atribuições e competências constitucionais e legalmente atribuídas ao Município, impõe-se promover o recrutamento dos cargos dirigentes.



Considerando que a Câmara Municipal submete à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos legais, a Proposta de composição do júri para o procedimento concursal de provimento do cargo de Chefe da Divisão de Reabilitação e Revitalização Urbana e Espaço Público (DRUEP).

Nestes termos, ao abrigo e em cumprimento do artigo 13º, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, e do artigo 25º, nº 1, alínea m), e nº 2, alínea k), do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Proposta da Câmara, aprovada na reunião camarária de 18 de junho de 2015, designando para o Procedimento Concursal de Provimento do Cargo de Chefe da Divisão de Reabilitação e Revitalização Urbana e Espaço Público (DRUEP), o seguinte júri:

Presidente - Arq.º Veríssimo Paulo, Diretor Municipal da Direção Municipal de Obras, Planeamento, Administração do Território e Desenvolvimento Económico da Câmara Municipal de Almada

Vogal efetivo - Arq.ª Cristina Fonseca, Chefe da Divisão de Espaços Verdes da Câmara Municipal de Almada

Vogal efetivo - Arq.º Luís Araújo, Chefe da Divisão de Gestão e Regeneração Urbana da Câmara Municipal do Barreiro

Vogal suplente - Eng.ª Maria do Carmo Antão, Chefe da Divisão de Salubridade da Câmara Municipal de Almada

Vogal suplente - Eng.ª Gertrudes Pedro, Chefe da Divisão de Manutenção e Logística da Câmara Municipal de Almada

6.5.4.20 -

Deliberação

Nos termos e para os efeitos do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, que estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, no seu artigo 21º, nº 4, que procede à adaptação à administração local da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, com a redação dada pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro e do artigo 25º, nº 1, alínea m), do Anexo I a que se refere o nº 2, do artigo 1º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e por iniciativa da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal na reunião plenária realizada no dia 27 de fevereiro de 2015, aprovou a Organização dos Serviços Municipais, segundo o modelo de estrutura orgânica hierarquizada, bem como aprovou o Regulamento de Organização dos Serviços.

A nível do Município a deliberação da Assembleia foi publicitada através do Edital nº 285/XI-2º/2014-15 e foi publicada no Diário da República nº 47, 2ª Série, de 9 de março de 2015.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

Para implementação da referida estrutura orgânica a fim de garantir a cabal prossecução das atividades, atribuições e competências cometidas ao Município, a Câmara Municipal, submete à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos legais, a proposta de composição do júri para o procedimento concursal para provimento do Cargo de Chefe de Divisão de Transportes e Manutenção (DTM).

Nestes termos, ao abrigo e em cumprimento do artigo 13º, da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, e do artigo 25º, nº 1, alínea m), e nº 2, alínea k), do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Proposta da Câmara, aprovada na reunião camarária de 18 de junho de 2015, designando para o Procedimento Concursal de Provimento do Cargo de Chefe de Divisão de Transportes e Manutenção (DTM), o seguinte júri:

Presidente - Eng.º Carlos Marques, Diretor Municipal da Direção Municipal de Ambiente, Mobilidade, Energia e Valorização Urbana da Câmara Municipal de Almada

Vogal efetivo - Dr. João Soares, Chefe da Divisão de Aprovisionamento da Câmara Municipal de Almada

Vogal efetivo - Eng.º Nuno Ferreira, Chefe da Divisão de Gestão e Operação dos Serviços Municipalizados de Transportes Coletivos do Barreiro

Vogal suplente - Dr.ª Isabel Oliveira, Chefe da Divisão de Planeamento, Controlo, Estudos e Estatística da Câmara Municipal de Almada

Vogal suplente - Eng.ª Maria do Carmo Antão, Chefe da Divisão de Salubridade da Câmara Municipal de Almada

7 - Foi concluída a ordem de trabalhos assim como a agenda da Sessão.

8 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, do Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimo Senhor Joaquim Estevão Miguel Judas e dos Vereadores Excelentíssimos/as Senhores/as Joaquim António da Silva Gomes Barbosa, José Manuel Raposo Gonçalves, António José Pinho Gaspar Neves, Maria Amélia de Jesus Pardal, Francisca Luís Baptista Parreira, António José de Sousa Matos, Maria Teodolinda Monteiro Silveira, Rui Jorge Palma de Sousa Martins, Francisco Miguel Pereira Cardina e Maria do Carmo Mira Borges.

9 - Foi verificada a presença na Reunião do Jornalista, Senhores Sandra Guerreiro e Miguel Ribeiro do Boletim Municipal DIRP - CMA; das Srs. Juristas Teresa Canarias e Maria João Gomes de apoio à Presidência da Câmara Municipal de Almada, e de quinze Srs. Múncipes.

10 - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Ata, que foi aprovada por unanimidade.

11 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 11H40 do dia 26 de junho de 2015.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

12 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

A 1ª SECRETÁRIA _____

A 2ª SECRETÁRIA _____